



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
**INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

FERNANDO SILVA MAGALHÃES FILHO

**PAISAGEM CULTURAL DA CIDADE DE GOIÁS: REPRESENTAÇÕES DE  
MORADORES E VISITANTES**

GOIÂNIA

2014

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Fernando Silva Magalhães Filho				
E-mail:	fernandosmf@gmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento:		CNPQ		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:	
Título:	PAISAGEM CULTURAL DA CIDADE DE GOIÁS: REPRESENTAÇÕES DE MORADORES E VISITANTES				
Palavras-chave: Paisagem Cultural. Mapas Mentais. Políticas Patrimoniais. Turismo. Cidade de Goiás.					
Título em outra língua:	CULTURAL LANDSCAPE OF GOIÁS CITY: REPRESENTATIONS OF LOCALS AND VISITORS				
Palavras-chave em outra língua: Cultural Landscape. Mental Maps. Heritage Polices. Tourism. City of Goiás.					
Área de concentração: Geografia - Natureza e Produção do Espaço					
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	04/02/2014				
Programa de Pós-Graduação:	Mestrado em Geografia				
Orientador (a):	Ivanilton José de Oliveira				
E-mail:	<a href="mailto:Ivanilton.oliveira@gmail.com">Ivanilton.oliveira@gmail.com</a>				

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: 05 / 08 / 2014

FERNANDO SILVA MAGALHÃES FILHO

**PAISAGEM CULTURAL DA CIDADE DE GOIÁS: REPRESENTAÇÕES  
ESPACIAIS DE MORADORES E VISITANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira

Goiânia

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)  
GPT/BC/UFG**

M188p Magalhães Filho, Fernando Silva.  
Paisagem cultural da cidade de Goiás [manuscrito] :  
representações espaciais de moradores e visitantes/  
Fernando Silva Magalhães Filho. - 2014.  
97 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,  
Instituto de Estudos Socioambientais. 2014.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, gráficos e tabelas.

Anexos.

1. Goiás (GO) – Patrimônio cultural 2. Turismo – Goiás  
(GO) – Aspectos sociais 3. Goiás (GO) – Paisagem cultural  
4. Turismo – Desenvolvimento social. I. Título.

CDU – 911.53:338.485(817.3)

## **COMPOSIÇÃO DA BANCA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO**

---

**PROF. DR. IVANILTON JOSÉ DE OLIVEIRA**  
Orientador

---

**PROFA. DRA. MARIA GERALDA DE ALMEIDA**  
Membro

---

**PROFA. DRA. SALETE KOZEL**  
Membro

## AGRADECIMENTOS

Toda e qualquer ação que temos neste planeta é fruto de uma força superior, uma ordem divina, muitas vezes incompreensível para a percepção humana, mas que rege o universo e nos posiciona aqui e agora para viver o presente momento. Assim agradeço a essa ordem divina, muitas vezes caótica, por mais uma vez me proporciona um grande momento, a oportunidade de realizar esse mestrado. Agradeço não por mais um título, mas pela enorme experiência vivenciada e toda aprendizagem adquirida durante este tempo. Entre leituras, aulas e construção dessa pesquisa; cresci, não apenas profissionalmente, mas principalmente o meu lado pessoal. Gratidão, Universo!

Eu como um forasteiro na Geografia, na primeira aula, achei que não iria conseguir, era um mundo bem diferente para um turismólogo, nenhum pouco teórico. Pouco a pouco fui ganhando gosto pelos textos, e lembrando minha velha relação com a Geografia, desde criança e meu fascínio com os mapas, de saber as capitais dos países e estados, meu vício adolescente jogando War, minha admiração pela geopolítica do segundo grau. Percebi que não era por acaso que cheguei aqui, a minha paixão pela Geografia é antiga e hoje se torna um caso de amor eterno. E apesar de não ter feito a graduação em Geografia, posso afirmar que enxergo o mundo com uma nova visão, um pouco mais geográfica. Como um bom geminiano curioso, aproveitei as disciplinas cursadas e mergulhei nas várias vertentes dessa ciência: embrenhei-me pelas fitofisionomias do cerrado, voei através das imagens de satélites, viajei na epistemologia da Geografia, artista na cartografia, “pirei” na cultural. Assim agradeço ao IESA e ao programa de Pós-Graduação, na pessoa do meu querido orientador Ivanilton, a oportunidade única de aprendizagem. Assim agradecer todos os professores deste instituto, na pessoa da professora Maria Geralda, pela bela missão que desenvolvem na formação dos milhares de estudantes que por ali passam.

Agradecer aos meus familiares, na figura dos meus pais, que sempre me apoiaram em todas minhas ações. Agradecer meus amigos que me deram apoio a todo o momento, e que muitas vezes escutaram um “hoje não posso, tenho que estudar”. Em especial aos amigos João Paulo e João Guilherme, que me ajudaram no trabalho de campo e a querida Lara Cristine, que além do campo, me ajudou com seu olhar geográfico e com o conforto amigo nos momentos de desespero. Aos colegas de mestrado, em especial a Laíze e Jorgeanny, pelo apoio e pelas enriquecedoras discussões em sala de aula.

E para finalizar gostaria de agradecer todos os entrevistados abordados durante o trabalho de campo, sem eles nada seria possível. O aprendizado junto aos livros é enorme, mas com certeza nada se compara quando vamos a campo, quando nossa teoria se defronta com a realidade. Compartilhar momentos com vilaboenses e turistas da cidade de Goiás, foi sem dúvida a melhor experiência nesses anos. E foi todo este contexto que me fez ter força para concluir esse trabalho e me tornar um pesquisador. Gratidão!

*[...] todo o estado de alma se pode representar por uma paisagem. Se eu disser 'Há sol nos meus pensamentos', ninguém compreenderá que os meus pensamentos são tristes. (Fernando Pessoa)*

## RESUMO

A cidade de Goiás, antiga Vila Boa, foi um dos primeiros centros urbanos do Centro-Oeste Brasileiro, devido à exploração aurífera durante o século XVIII e também capital do estado de Goiás até 1937. Exemplo da ocupação portuguesa no sertão brasileiro, sua arquitetura vernacular de inspiração barroca é hoje reconhecida mundialmente com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco<sup>2</sup>, desde o ano de 2001. O destaque internacional do seu conjunto histórico dinamizou a cidade com o incremento da atividade turística. A cidade que, até então, amargava um baixo desenvolvimento econômico desde a transferência da capital para Goiânia, enxergou o turismo como uma revitalização socioeconômica da sociedade vilaboense. A exposição mundial faz com que Goiás comece a receber turistas de outros estados e até de outros países, promovendo modificações nas estruturas socioeconômicas e espaciais na cidade. Uma das principais ações desenvolvidas foi a intensificação das políticas patrimoniais, visando uma valorização do patrimônio cultural da cidade, dinâmica que (re)cria novas paisagens de Goiás. Dentro deste contexto, desenvolvemos esta pesquisa com o objetivo de compreender como ocorre a apreensão da paisagem cultural de Goiás pelas representações espaciais de moradores e turistas através da aplicação de mapas mentais e questionários. A pesquisa de abordagem qualitativa foi embasada numa discussão teórica acerca das categorias patrimônio e paisagem, além de ter destacado conceitos ligados à representação espacial e turismo. Para a interpretação dos mapas mentais, adotamos a metodologia Kozel (2001). Os resultados obtidos revelam as interfaces entre as visões de moradores e visitantes acerca da paisagem cultural e como a metodologia utilizada pode contribuir para políticas patrimoniais mais participativas, embasados nos estudos de paisagens.

**Palavras-chave:** Paisagem Cultural. Mapas Mentais. Políticas Patrimoniais. Turismo. Cidade de Goiás.

---

<sup>2</sup> United Nations Education, Scientific and Culture Organization

## ABSTRACT

The city of Goiás, the old Vila Boa, was one of the first urban center of the Brazilian midwest, due to gold mining exploration in the eighteenth century and also the capital of Goiás state until 1937. It is an example of Portuguese occupation in the Brazilian backlands, its vernacular architecture of baroque inspiration it is today globally recognized by the title of Cultural Heritage of Humanity by Unesco in 2001. The international importance of its historical collection made it dynamic with the increase in tourism activity. The city which, hitherto, tasted a bitter low economic development since the transference of the capital to Goiânia, saw the tourism as a socio-economic revitalization of vilaboense society. The world exposure makes Goiás begins to welcome tourists from other states and even from other countries, leading to changes in the socio-economic and spatial structures in the city. One of the main actions developed was the intensification of heritage policies, aiming at enhancing the cultural heritage of the city, that (re)create new landscapes of Goiás. In this context, we developed this study in order to understand how the seizure of the cultural landscape of Goiás by spatial representation of locals and tourists by the application of mental maps and questionnaires. The qualitative research approach was based on a theoretical discussion about the categories, heritage and landscape, in addition to prominent concepts related to spatial representation and tourism. For the interpretation of mental maps, we used the Kozel methodology (2001). The found results show the interfaces between the views of residents and visitors about the cultural landscape and how the methodology can contribute to more participatory heritage polices, based on studies of landscapes.

**Keywords:** Cultural Landscape. Mental Maps. Heritage Polices. Tourism. City of Goiás.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização da Cidade de Goiás (2012). .....	23
Figura 2 – Sistema de Turismo – SISTUR. Fonte: Beni (2006) .....	32
Figura 3 - : Dois exemplos de Mapa T-O. Fonte: Scalzitti (2011, p. 67).....	41
Figura 4 - Imagem do percurso da Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás. ....	47
Figura 5 - Mapa mental do Morador P.G.- 44 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	50
Figura 6 - Mapa mental da Visitante K.A.-33 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	51
Figura 7- Mapa mental do Morador M.V.-14 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	52
Figura 8- Mapa mental da Moradora C.N.-35 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	53
Figura 09 - Mapa mental da Moradora A.C.-14 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	53
Figura 10- Mapa mental da Visitante M.M.-23 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	54
Figura 11- Mapa mental do Visitante B.C.-21 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	55
Figura 12- Mapa mental do Visitante G.S.-25 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	57
Figura 13- Mapa mental da Visitante P.S. -21 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	58
Figura 14- Mapa mental da Moradora M. T.-32 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	59
Figura 15 - Mapa mental da Moradora M. L.- 69 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	61
Figura 16- Mapa mental da Morador L.N.,- 40 anos, Cidade de Goiás, 2012. ....	62
Figura 17 - Mapa mental do Morador S.B.,- 33 anos, Cidade de Goiás, 2012. ....	64
Figura 18 - Mapa mental do Visitante S.R.. - 18 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	64
Figura 19 - Mapa mental da Visitante K.S. - 33 anos, Cidade de Goiás, 2012. ....	65
Figura 20 - Mapa mental do morador J.F.- 19 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	66
Figura 21- Mapa mental da moradora H.N.- 67 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	67
Figura 22- Mapa mental da moradora A.O. - 35 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	68
Figura 23- Mapa mental da visitante A.P.- 22 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	68
Figura 24- Mapa mental do visitante J.R.- 18 anos, Cidade de Goiás, 2012.....	74
Figura 25- Mapa mental da Visitante J.S.- 28 anos, Cidade de Goiás, 2012 .....	74
Figura 26 - Unidades da Paisagem Cultural da Cidade de Goiás.....	84
Figura 27: Marco 01 – Museu da Bandeira. (Fernando Magalhães Filho, 2012).....	85
Figura 28: Marco 02 – Chafariz de cauda. (Fernando Magalhães Filho, 2012).....	86
Figura 29: Marco 03 – Coreto central. (Fernando Magalhães Filho, 2012).....	86
Figura 30: Marco 04 – Cruz do Anhanguera.. (Fernando Magalhães Filho, 2013) .....	87
Figura 31: Marco 05 – Prefeitura Municipal. (Fernando Magalhães Filho, 2012) .....	87
Figura 32: Marco 06 – Casa de Cora Coralina. (Fernando Magalhães Filho, 2013).....	88
Figura 33: Marco 07 – Igreja do Rosário. (Fernando Magalhães Filho, 2013).....	88

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Projeção da Chegada de Turistas Internacionais em nível Mundial 1950-2020....	31
Gráfico 02- Termos relacionados ao Patrimônio Cultural – Moradores .....	76
Gráfico 03- Termos relacionados ao Patrimônio Cultural – Turistas.....	76
Gráfico 04– Responsáveis para cuidar do Patrimônio Cultural – Moradores .....	77
Gráfico05- Responsáveis para cuidar do Patrimônio Cultural – Turistas .....	77
Gráfico 6– Pictogramas que representam Goiás – Moradores .....	78
Gráfico 07- Pictogramas que representam Goiás - Turistas .....	79

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Tabulação dos resultados dos mapas mentais: forma de apresentação da imagem.	50
Tabela 2- Tabulação dos resultados dos mapas mentais: distribuição da imagem .....	52
Tabela03 – Tabulação dos resultados dos mapas mentais: Especificações dos ícones .....	56
Tabela 04– Tabulação dos resultados dos mapas mentais: Outros aspectos .....	60

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – PASSEANDO PELAS TERRAS GOYAZES .....</b>	<b>16</b>
1.1 Patrimônio: ontem, hoje e amanhã .....	16
1.2 Colcha de retalhos de memórias – a Paisagem Cultural .....	19
1.2 Goiás – Becos e Belezas.....	22
<b>CAPÍTULO II – O TURISMO E O PATRIMÔNIO – NOVA GOIÁS VELHO.....</b>	<b>27</b>
2.1 Turismo - Herói ou vilão? .....	27
2.2 Pertencimento ou Comercialização do Patrimônio? .....	34
<b>CAPÍTULO III - CARTOGRAFANDO OLHARES .....</b>	<b>40</b>
3.1 A Cartografia dos Mapas Mentais – representações espaciais.....	40
3.2. Descobrindo a colcha de retalhos – interpretação dos mapas mentais .....	45
<b>CAPÍTULO IV – CONSTRUINDO A PAISAGEM DE GOIÁS.....</b>	<b>71</b>
4.1. As paisagens de moradores e de turistas.....	71
4.2. Gestão da paisagem cultural em Goiás.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do patrimônio cultural surge quando me mudei para a cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, Brasil, primeira cidade a ser reconhecida como patrimônio nacional, para cursar a graduação em Turismo. Vivenciar e estudar a dinâmica de uma cidade patrimonial foi essencial para me despertar para o tema abordado. O simples fato de caminhar pelas ruas, conversar com moradores e turistas do mundo inteiro tornou-se uma oportunidade única para experimentar toda a teoria discutida em sala de aula. Turistas caminhando despreocupados pelas ruas, admirados com a beleza da paisagem estética da cidade, comerciantes e guias abordando os forasteiros, moradores reclamando da falta de estacionamento e da rigidez das normativas do IPHAN na hora de reformarem seus imóveis.

Testemunhar essa rotina durante os anos de faculdade me sensibilizou também a aprofundar academicamente na relação patrimônio e turismo. Ao retornar às terras goianas e com a oportunidade de cursar um programa de mestrado em Geografia, percebi que a experiência vivenciada em Ouro Preto poderia contribuir para minha futura pesquisa. Assim, desperta meu interesse pela cidade de Goiás, um espaço que apresenta conflitos semelhantes à cidade mineira. Diante do caminho percorrido é que construímos a presente pesquisa.

A Cidade de Goiás é hoje reconhecida mundialmente como Patrimônio Cultural da Humanidade por ação da Unesco, em virtude de seu sítio histórico, herança do século XVIII, período de sua fundação. A valorização do patrimônio cultural é um fenômeno recente no país, apesar de existirem políticas de conservação desde a década de 1940. Tal fato tem ocorrido principalmente pela expansão da atividade turística, que transforma o patrimônio cultural em atrativo e, conseqüentemente, agrega valor econômico ao espaço.

Desse modo, as cidades consideradas históricas se tornam cenário de um conjunto de processos dinâmicos que influenciam a estrutura sociocultural desses ambientes. Em locais turísticos, além dos conflitos de interesse existentes em espaços urbanos, geralmente se cria um agravante, isto é, uma divisão marcante: de um lado a comunidade local, herdeira de uma cultura secular e, de outro, os visitantes, com suas diversas culturas e valores diferenciados dos nativos do destino visitado. Sem se diferenciar dessa questão, a Cidade de Goiás revela sua complexidade urbana. Suas ruas, seu casario histórico, seus ritos e festas são atrativos para o que se chama de agente externo: o turista. O patrimônio cultural, além de ser uma herança, passa a ser formatado para ser comercializado.

O turismo, que tem como base o legado cultural, provoca discussões. Carneiro et al (2010), Brusadin (2012) e Silva (2011) fazem uma retomada teórica que demonstra as

divergências existentes no campo do turismo entre estudiosos que afirmam que é, justamente, a ideia de comercializar que favorece a conservação da cultura herdada, tanto dos bens materiais, quanto dos bens imateriais. Já em contrapartida, outros discutem que o fetichismo acerca do patrimônio cultural é uma produção do capitalismo, o que compromete o dinamismo da construção cultural do espaço. Independente da visão que adotada, é inevitável que este processo fomente uma paisagem cultural complexa, em que se aglomerem diferentes percepções, tanto pelo morador local, quanto pelo visitante.

Tais considerações são necessárias para indicar a problemática a que este trabalho visou responder: compreender a apreensão da paisagem cultural da Cidade de Goiás pela população local e pelo visitante. Desta inquietação surgiram outras questões que discorreremos ao longo do trabalho, como a identificação de quais seriam as principais paisagens culturais de Goiás e a interação dos agentes externos, como os turistas.

Entendendo que o processo construtivo de uma paisagem cultural envolve a percepção daquele que a observa, outro questionamento foi o de como ocorreu o processo seletivo das representações espaciais e como a discussão do patrimônio cultural se inseriu nesse contexto.

Objetivando elucidar tais questionamentos, desenvolvemos esta pesquisa com o alicerce de alguns pressupostos metodológicos. Primeiramente, foi necessário um aporte teórico para esclarecer os conceitos que são discutidos no trabalho, como as definições das categorias Paisagem e Patrimônio sob o aspecto de dimensão cultural. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica, buscando uma familiarização com a teoria já existente acerca do tema. Outro ponto foi o recorte espacial para delimitar a área de pesquisa e, definir a escala com a qual se pretendeu trabalhar. Como a Cidade de Goiás é tombada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, delimitamos como área de estudo o sítio histórico que recebeu este tombamento. E, objetivando compreender o processo de percepção da paisagem cultural por parte do morador e do visitante, optamos por utilizar como ferramenta, mapas mentais, uma vez que o emprego dos mesmos revela o processo cognitivo do sujeito.

O presente texto foi constituído por quatro capítulos. No Capítulo I, discutimos acerca dos elementos que constroem a paisagem cultural da Cidade de Goiás, apresentando o conceito de patrimônio e seus aspectos históricos, inclusive, abordando como ocorreu a formação das políticas de patrimonialização e como essas evoluíram no Brasil, até se aproximar do conceito de paisagem. Ainda neste Capítulo, aprofundamos os estudos sobre a categoria Paisagem, com as referências teóricas da Geografia e como a abordagem cultural

apropriou-se da mesma. Finalizamos este capítulo com a exposição dos aspectos gerais da Cidade de Goiás: sua localização, sua vegetação, seu clima, sua formação histórica e seus patrimônios material e imaterial.

No Capítulo II, apresentamos o processo histórico da atividade turística, abordamos alguns conceitos, discutimos sua atual influência na economia mundial e de como seu caráter sistêmico gera efeitos no ambiente onde é desenvolvido. Tratamos também da relação existente entre turismo. Neste Capítulo, levantamos, também, a polêmica da apropriação do patrimônio cultural pelo turismo, e como o conceito do patrimônio se renova frente a um mundo pós-moderno.

Expomos, no Capítulo III, o caminho da pesquisa: princípios teóricos que fundamentaram o trabalho de campo bem como os instrumentos da pesquisa; como utilizamos a metodologia de mapas mentais para auxiliar na compreensão da paisagem apreendida por moradores e turistas e, ainda, demonstramos como a Geografia da percepção e representação tem contribuído neste campo, além de interpretarmos os mapas por meio da Metodologia Kozel (2001).

Propusemos, no Capítulo IV, uma análise crítica da dinâmica da paisagem da Cidade de Goiás, associando os resultados da pesquisa à influência da atividade turística na cidade. Buscamos também imbricar a interpretação dos mapas mentais com as políticas públicas, no que tange a gestão patrimonial e, assim, considerar as interações existentes. Além disso, demonstramos como a adoção da referência de paisagem pode contribuir para uma política de paisagem e, conseqüentemente, contribuir para o planejamento turístico.

Encerramos este texto com as *Considerações Finais*, destacando os principais pontos abordados no trabalho e apontando caminhos que a metodologia utilizada possa contribuir para os estudos de paisagem, assim como fomentar políticas patrimoniais mais participativas e possíveis de se adequarem aos interesses do momento vivido por uma sociedade mutável

## CAPÍTULO I – PASSEANDO PELAS TERRAS GOYAZES

De acordo com Schelle (2001, p19) “o passeio não é simplesmente um movimento físico do corpo, que excluiria qualquer atividade do espírito. Não haveria realmente encanto algum em imaginar o passeante como uma simples máquina em movimento”. Na impossibilidade de um passeio físico, propusemos, neste capítulo, não uma leitura mecanizada, mas um passeio ‘espiritualizado’ entre as palavras e convidamos o leitor para um *tour* em uma das principais cidades goianas, de muitos nomes como Vila Boa, Goiás Velho, e Cidade de Goiás, mas de um esplendor único. Ela recebeu o nome do próprio estado de Goiás que, por sua vez, presta uma homenagem (ou faz sua retribuição) aos índios Goyazes que ocupavam a região, antes da chegada dos europeus. Assim também batizamos este Primeiro Capítulo. Com a grafia ‘goyases’ buscamos fazer referência aos nativos que ali habitavam antes dos portugueses.

Goiás<sup>3</sup> imprime na sua paisagem uma história rica e complexa, formada de discursos e causos, alguns expostos neste trabalho. Localizada entre serras e casarios históricos, a cidade exibe uma rara paisagem, exemplo único de uma arquitetura vernacular que representa um dos primeiros processos de urbanização do sertão brasileiro. A exuberante riqueza aurífera, a referência como centralidade política do Estado de Goiás, a decadência decorrente da transferência da capital e o ressurgimento do *glamour* com o título de Patrimônio Mundial da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) promoveram uma complexa dinâmica socioespacial que ficou impressa na paisagem. Para enxergar essa paisagem sob o olhar geográfico, abordamos, neste Primeiro Capítulo, teorias que contextualizam a formação da paisagem vilaboense e apresentamos os aspectos gerais da Cidade de Goiás.

### 1.1 Patrimônio: ontem, hoje e amanhã

O vocábulo ‘patrimônio’ na língua portuguesa pode evocar dois conceitos: um ligado ao sentido jurídico-contábil, que se refere aos bens, direitos e obrigações de uma empresa ou pessoa; e outro que remete às imagens de casarões antigos, igrejas, ruas de paralelepípedo. Quais seriam os motivos desencadeadores do processo perceptivo do sujeito? Por que quando se aborda o termo patrimônio, ocorre a construção desses ícones em nosso imaginário?

---

<sup>3</sup> Vale destacar que Goiás neste trabalho faz referência ao Município. Quando nos referimos ao Estado, utilizamos a expressão “Estado de Goiás”.

Buscando elucidar tais questionamentos, recorreremos à etimologia da palavra. A derivação ocorre da junção de dois termos greco-latinos: *pater* e *nomos*. O primeiro refere-se ao chefe de família, em um sentido mais amplo, aos nossos antepassados; e o outro se vincula ao significado de lei, usos e costumes (RANGEL, 2002). Sendo assim, temos como significado de patrimônio a herança deixada por nossos antepassados. Porém, o termo patrimônio varia de acordo com as diferentes visões dos indivíduos, organizações, instituições sociais e culturais. O presente trabalho se ateve ao conceito de patrimônio adotado pela Unesco, isto é, “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações” (UNESCO, 2012).

Ao compreender patrimônio sob essa abordagem, ficou evidente a preponderância daquele de ‘pedra e cal’, ou seja, o patrimônio material dos casarões históricos e grandes monumentos. Trata-se de uma situação construída por uma política patrimonial, conduzida por mais de sessenta anos, que privilegiou ícones do passado e corroborou para a construção de um imaginário coletivo que reproduziu símbolos de poder do passado e que, conseqüentemente, influenciaram a formação da identidade de uma sociedade.

No Brasil, a questão patrimonial se originou sob a influência dos modernistas<sup>4</sup>, preocupados em criar uma identidade para a nação. Assim, elegeram as cidades históricas de Minas Gerais como símbolo da cultura brasileira. O primeiro ato que oficializou tal movimento em âmbito federal, durante o governo Vargas, foi o decreto nº 22.298 que instituía a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional. Apesar das restrições, foi um ato bastante significativo, pois inseriu o Estado na gestão patrimonial. Logo em seguida, a questão foi retomada na Constituição de 1934, como sendo de responsabilidade do Estado a proteção de bens culturais: “cabe à União e aos Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934).

A política patrimonial ganhou corpo com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, por obra de Gustavo Capanema, Ministro da Educação no governo de Getúlio Vargas. Rodrigo Melo Franco de Andrade foi o primeiro a ser convidado para assumir a instituição e nela se manteve de 1937 a 1967 (RUBINO,1992). Ainda em 1937, no mesmo ano, o decreto-lei nº25/1937 foi sancionado, para regulamentar a ação do SPHAN, apontando o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional:

---

<sup>4</sup> Referentes aos adeptos do Modernismo Brasileiro, forte movimento cultural que ocorreu no Brasil.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (IPHAN, 2006).

O decreto acima revela a vanguarda da política patrimonial brasileira ao abranger monumentos naturais e paisagens no processo de tombamento, algo que durante a época era novidade para outros países. O movimento inicial da política patrimonial no Brasil contou com a participação de vários artistas e intelectuais da época, fato que criou uma forte estrutura de discussão sobre patrimônio nacional. Também a permanência de Andrade durante tanto tempo na liderança do SPHAN contribuiu para que houvesse uma continuidade nas ações, apesar das transições governamentais. Como decorrência disso, a própria Constituição Federal de 1988 mantém no seu Artigo 216 referência à temática e ilustra como o assunto é visto no país:

Art.216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão
- II- os modos de criar, fazer e viver
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagísticos, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

É possível observar que a questão patrimonial, no país, estava intimamente ligada à construção do nacionalismo, de uma identidade para o brasileiro, desde as primeiras abordagens, isto é, desde quando os modernistas elegeram a arquitetura colonial como ícone nacional. Ainda nos dias atuais, as políticas patrimoniais privilegiam o patrimônio de pedra e cal, símbolos de uma cultura dominante. Apesar de as leis existentes citarem o patrimônio intangível, ao verificarmos o levantamento dos tombamentos, foi fácil perceber a preponderância de patrimônios materiais.

A cultura é algo dinâmico, que sofre transformações ao longo do tempo. Não pode engessar o desenvolvimento socioeconômico de uma “cidade patrimonial” como Goiás ou qualquer outra. Nesta perspectiva, tanto o IPHAN quanto a Unesco adotam atualmente um novo conceito que objetiva aceitar a dinamicidade de uma cidade, que é a chancela de Paisagem Cultural, conforme expõe o IPHAN (2009): “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”

Na Geografia, a abordagem sobre paisagem já é algo consolidado, o que muito pode contribuir para a aplicação desta política pública de patrimonialização. Ao levantarmos essa discussão, uma das propostas desta pesquisa foi a de discutir a interação existente entre patrimônio e paisagem, para se compreender a dinâmica socioespacial da Cidade de Goiás.

## **1.2 Colcha de retalhos de memórias – a Paisagem Cultural**

Paisagem é uma expressão que ultrapassa as discussões exclusivamente geográficas, mas que permeia diversos campos: o científico; o literário, como na poesia; o artístico, como na fotografia e tantos outros presentes no cotidiano, no vocabulário popular, no imaginário coletivo, no olhar do sujeito. É a materialização do passado e do presente no espaço; é a interação homem e natureza; é a colcha de retalhos de memórias que envolve o presente para gerar o futuro. Paisagens são signos, significados, sentidos e sentimentos que imprimem a cultura de um povo na moldura do espaço. É a expressão da relação ambígua do humano e o ambiente. Em seus versos Cabral (2000) traceja:

Paisagem/paisagens:  
Sentido dos sentidos,  
paisagens surgem de uma única paisagem.  
Sonhos ecoam num só espaço;  
acordam realidades: complexas, ambivalentes, ambíguas.  
Realidades que desvelam não só as inúmeras faces da paisagem,  
mas a busca do “olho” por um significado, por uma leitura,  
por um lugar onde a atenção despendida traduza  
ordem, sentido, valor, identidade.  
Paisagens são perspectivas!  
São espelhos que refletem nossos sentimentos e pensamentos,  
anseios e medos.  
Nossa individualidade na individualidade do entorno.  
Armazenadas na memória e na alma...  
antes de serem efêmeras, paisagens são duradouras...  
antes de comporem apenas quadros e cartões postais,  
são substâncias que integram e animam nossas vidas.

Cabral (2012) em sua sensibilidade poética expõe como a concepção da paisagem é algo complexo, uma vez que é o ‘olhar’ do sujeito que a compõe. A paisagem não é somente a parte visível do espaço; ela é imbricada de sentimentos, valores e crenças; e é a complexidade das experiências que interfere na percepção do sujeito. A paisagem é um conjunto de signos do passado e presente, que interage com aquele que a observa.

Sousa (2010, p.68) afirma que “quando a paisagem descrita por alguém não se encontra inserida no espaço é porque está presente em outra dimensão, na memória”, ou seja, para a paisagem existir é necessária uma referência simbólica. Sendo assim, a paisagem se torna em várias, pois cada ser humano possui um conjunto de experiências individualizado, apesar de existir valores e crenças coletivas. É como aquela colcha de retalhos para a qual cada um contribui com o seu ‘recorte’ para construir a paisagem.

Durante muito tempo, paisagem foi uma categoria relevante nos estudos geográficos, principalmente pelas correntes de aporte positivista que se prendiam a uma descrição morfológica da paisagem. Todavia, foi esquecida durante algum tempo pelo pensamento geográfico, conforme apontam Côrrea e Rosendhal (2004, p.7): “foi mesmo relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar”.

Estes autores discorreram sobre a utilização da paisagem como categoria de análise, fato que se potencializou após a década de 1970, com novas acepções embasadas em diferentes matrizes epistemológicas.

A polissemia da paisagem tem ocasionado diversos estudos dentro das várias vertentes geográficas, a partir do momento em que compreende um conceito embasado na relação da forma com a ação humana. Nesta perspectiva, percebe-se a forte absorção do conceito paisagem pela abordagem cultural. Já em 1925, Carl Ortwin Sauer, precursor da Geografia Cultural, promove o ‘casamento’ da categoria paisagem com este ramo da geografia, em seu clássico *A Morfologia da Paisagem*, em que delinea a intrínseca relação existente entre a paisagem natural e Paisagem Cultural: “a Paisagem Cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a Paisagem Cultural o resultado” (SAUER, 2004, p.59).

Cancela d’Abreu et al corrobora:

o conceito de paisagem estão então associadas componentes não só de natureza objectiva, como é o caso das componentes biofísica e humana, mas também de ordem subjectiva, e por isso social, na medida em que é relevante considerar o modo

como a mesma é sentida e entendida por diferentes grupos da população, numa lógica de participação dos diversos actores no seu ordenamento. (2011, p.10).

A paisagem com um recorte espacial de extrema importância para compreensão das dinâmicas territoriais. Uma vez que “ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política” (BERQUE, 2004, p.86). É a categoria geográfica que materializa as dinâmicas territoriais no espaço.

Uma recente referência no estudo da paisagem é Convenção Europeia da Paisagem (2000), cujo objetivo é de promover a proteção, gestão e ordenamento das paisagens. E diante da diversidade existente no conceito de paisagem, para a construção desta pesquisa adotamos o glossário apresentado no primeiro artigo da convenção:

- a) “**Paisagem**” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos;
  - b) “**Política da paisagem**” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a protecção, gestão e ordenamento da paisagem;
  - c) “**Objectivo de qualidade paisagística**” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;
  - d) “**Protecção da paisagem**” designa as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana;
  - e) “**Gestão da paisagem**” designa a acção visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;
  - f) “**Ordenamento da paisagem**” - designa as acções com forte carácter prospectivo visando, a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.
- (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000)

A retomada da categoria paisagem torna-se fundamental para análise da dinâmica socioespacial de Goiás, uma vez que a paisagem construída interfere diretamente sobre as políticas patrimoniais existentes na cidade. A evidência espacial dos patrimônios materiais é exemplo da marca de uma civilização. Berque (2004) defende a ideia de um sujeito coletivo, uma sociedade com sua história e ambiente em que a percepção “ é um sistema do qual o corpo do indivíduo perceptor constitui apenas um elemento”(BERQUE, 2004, p.86). A percepção individual faz parte de um *mainstream* que limita determinados aspectos, assim como participa da construção de novas percepções.

O processo perceptivo foi analisado mais adiante. Vale apenas ressaltar que no viés cultural, a paisagem é estruturada sobre aspectos simbólicos, materiais ou não. O aspecto multiforme da paisagem promove infinitas interpretações do sujeito, e o ambiente cultural do mesmo (o sujeito) atua no seu processo de interação com essa paisagem.

No presente estudo, observamos este processo ao analisarmos como a Paisagem Cultural de Goiás é construída sob os olhares de moradores e de visitantes; e também buscamos elaborar uma análise crítica de como as políticas patrimoniais participam deste processo.

## 1.2 Goiás – Becos e Belezas

Eu sou a dureza desses morros,  
revestidos,  
enflorados,  
lascados a machado, lanhados, lacerados  
queimados pelo fogo.  
Pastados.  
Calcinados  
e renascidos.  
Minha vida,  
meus sentidos,  
minha estética,  
todas as vibrações  
de minha sensibilidade de mulher,  
têm, aqui, suas raízes.

CORA CORALINA

A Cidade de Goiás localiza-se geograficamente no Planalto Central brasileiro, mais precisamente na mesorregião do Noroeste Goiano e à microrregião Rio Vermelho, segundo metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012). Dista 148 km de Goiânia e 350 km de Brasília. A Figura 1 mostra a localização da Cidade de Goiás no Estado de Goiás.



XVII, especialmente o temido Anhangüera, Bartolomeu Bueno da Silva, que nos versos de Teles (2004, p.62), iniciou o ciclo do ouro:

Bartolomeu Bueno ameaçou  
botar fogo no rios:  
- Quero o ouro,  
pois vim inaugurar o ciclo do ouro  
neste çertaum.  
apavorados, os índios  
se reuniram em sessão conjunta  
de tribos e tributos  
e lhe deram o título  
de Anhangüera.  
Para celebrar  
o grande acontecimento histórico,  
cada índio recebeu de presente uma garrafa  
de cachaça queimada com semente de umburana,  
sinal que estava sendo inaugurada  
a febre do ouro em Goiás.

O ouro promoveu a urbanização do sertão. No começo, abrigou inúmeros aventureiros e foi responsável pela fundação do Arraial de Santana, que depois passou a se denominar Vila Boa de Goyas, consolidando a presença europeia em solo goiano. A cidade foi elevada a capital da província de Goiás, tornando-se o mais importante centro político e econômico do Estado. Sem dúvida, foi o ouro que estruturou a Cidade de Goiás e muito da sua paisagem atual são marcas do passado histórico da cidade. Vieram as combinações étnicas: brancos, índios e negros, gerando mulatos, cablocos e cafuzos, ocasionando uma mistura de saberes na sociedade goiana, que se reflete até hoje na arquitetura, na culinária, no modo de contar um ‘causo’, nos costumes e hábitos ainda presentes no cotidiano vilaboense.

É verdade que a cultura portuguesa se sobrepôs como cultura dominante, com a igreja e a corte portuguesa imprimindo seus símbolos de poder na paisagem, por meio de edifícios monumentais em meio ao sertão brasileiro, configurando um desenho urbano que continua basicamente o mesmo até os dias de hoje.

A atividade mineradora durou pouco; em menos de cinquenta anos ficou visível a decadência da exploração aurífera. A pecuária e a agricultura, atividades que chegaram a ser proibidas pela corte portuguesa para que os homens se concentrassem no garimpo, começaram a se desenvolver mais fortemente na região. Contudo, houve certa dificuldade da mão de obra mineradora em se adaptar ao novo cenário, além do fato de que o escoamento dos produtos produzidos era dificultado pela distância dos maiores centros. Assim, a

população da Cidade de Goiás sobreviveu da herança de seu passado, sendo que até a década de 1930 foi a capital do Estado de Goiás.

Ao assumir o poder em decorrência da Revolução de 1930, Getúlio Vargas provocou várias mudanças nas estruturas oligárquicas da política goiana, fazendo com que a oposição, pelas mãos de Pedro Ludovico Teixeira, assumisse a chefia do Estado. Aliado aos princípios varguistas de progresso e desenvolvimento da região central do Brasil, o novo líder da política local ousou ao planejar a construção de uma capital moderna para o Estado. Apesar da evidente rixa política entre Teixeira e a família Caiado, mandantes até então da política goiana, outros argumentos foram utilizados para tal feito, como: a limitação geográfica para crescimento da cidade, as condições climáticas, o abastecimento de água, dentre outros (LIMA, 2008).

De fato, Pedro Ludovico queria romper com as bases coronelistas de algumas famílias de Goiás, que lideravam a política no Estado e a construção de uma nova capital marcava também o início de um novo momento para a história política goiana. O processo de transferência da capital se deu entre os anos de 1933 e 1937, ocasionando grande perda econômica e de autoestima da antiga Vila Boa. Mais uma vez, a Cidade de Goiás sofreu uma crise socioeconômica, com a transferência da estrutura de gestão pública para o novo espaço, várias pessoas abandonaram a cidade rumo à nova capital, com o intuito de se beneficiar de novas oportunidades (PALACÍN, 1994).

Goiás se destaca mais uma vez, em cenário nacional, com o movimento patrimonialista que se fortaleceu no país. Como a arquitetura colonial foi tomada pelos intelectuais modernistas como ícone da identidade nacional, logo esse sentimento dissipou-se para o Centro-Oeste, como comenta Lima (2008):

A antiga capital começou a partir da década de 1950, a ser estudada em profundidade por pessoas afeitas à valorização de nosso patrimônio histórico e artístico e, inclusive, em 1951, viu alguma de suas edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (LIMA, 2008, p.22).

Com a criação de Brasília, os estudiosos do patrimônio aproximaram-se mais veemente da cultura goiana, tombando o conjunto histórico e parte dos aspectos naturais da Cidade de Goiás. A refuncionalização do seu espaço fez com que ganhasse novo destaque estadual após transferência da capital para Goiânia. A cidade de Goiás tornou-se o centro cultural do Estado, tombada como patrimônio nacional.

Novas expectativas surgiram com o novo cenário, como o desenvolvimento da atividade turística. Cidadãos vilaboenses se reuniram em prol dessa nova empreitada, como a Organização Vilaboense de Artes e Tradições – OVAT, fundada ainda em 1965, com o objetivo de fazer um levantamento histórico e cultural da cidade. Uma das grandes iniciativas dessa organização foi fazer ressurgir a Procissão do Fogaréu, hoje considerada uma das maiores festas do município (CARNEIRO, 2005). Todo esse intuito de tornar a Cidade de Goiás a capital cultural do Estado culminou no tombamento da cidade como Patrimônio Cultural pela Unesco, no ano de 2001.

A riqueza patrimonial de Goiás é evidente. Toda a história e os conflitos resultaram em uma Paisagem Cultural carregada de complexidade e beleza: becos que são labirintos que permitem a contemplação estética da arquitetura colonial e a experimentação do rico patrimônio imaterial, que viaja pelos versos de Cora, pelas chamas do farricoco, pelas cores dos quadros de Goiandira, pelo alfenim da Dona Silvia, pelos cheiros e sabores do empadão e do bolinho de arroz, do doce, do ‘pastelin’ ou do frescor do suco de cajazinho.

A paisagem não se limita somente ao visível e Goiás é um exemplo claro disso. Como perceber a cidade apenas pelo patrimônio de pedra e cal? O conceito de Paisagem Cultural, hoje utilizado pelo IPHAN e pela Unesco, demonstra que não é possível enrijecer uma cidade histórica. Nela também existe uma dinâmica, uma ação humana que se diferencia de geração em geração, imprimindo diversas marcas na paisagem.

## CAPÍTULO II – O TURISMO E O PATRIMÔNIO – NOVA GOIÁS VELHO

O turismo como compreendemos é um fenômeno recente e a cada ano ganha enormes proporções, consolidando-se como uma das principais atividades econômicas mundiais. Para ter um exemplo dessa grande expansão, recentemente o site Panrotas<sup>5</sup> (2013) noticiou que o PIB do turismo alcançou o PIB industrial na economia alemã, gerando aproximadamente US\$ 850 bilhões. A Alemanha, um país extremamente industrializado, diversifica sua economia investindo no turismo, segundo o site, foi essa estratégia que permitiu o país minimizar os impactos negativos da recente crise europeia. Outro dado de destaque é a participação do PIB turismo na economia brasileira, de acordo com o Plano Nacional Turismo 2013-2016, o turismo representa 3,7% do PIB nacional, movimentando US\$76,9 bilhões em 2012.

Os atributos econômicos inerentes à atividade turística são os que mais despertam interesses de governos e empresas para investirem na área. Contudo, o fenômeno do turismo é algo complexo envolvendo também as dimensões social, ambiental, cultural e psicológica das sociedades que se encontra inserido. Nesta perspectiva, o turismo irá ocasionar uma série de impactos nos destinos onde é desenvolvido, proporcionando que várias ciências, dentre elas: Antropologia, Sociologia, Economia, História, Geografia e outras se debruçam sobre o estudo do fenômeno turístico.

Diante disso, no capítulo que se segue, discutimos alguns aspectos conceituais do turismo, além de elencar algumas de suas características que lhe proporcionam tamanho dinamismo. Destacamos também a relação existente entre turismo e cultura, uma vez que um dos impactos mais discutidos, hoje, são as transformações culturais que a atividade turística ocasiona em determinado destino turístico.

### 2.1 Turismo - Herói ou vilão?

Atualmente o consumo é uma ação presente em praticamente todas as relações desenvolvidas pelo ser humano, expressando o *modus operandi* consolidado do sistema capitalista. Tal situação dinamiza todas as formas socioespaciais, atrelando o consumismo ao desenvolvimento da sociedade. Assim, a Geografia, como ciência, que tem como objeto o espaço geográfico, o território e suas interações sociais, torna-se de suma importância para a

---

<sup>5</sup> [http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/destinos/%E2%80%9Cpib-do-turismo-alemao-igualao-industrial%E2%80%9D\\_92400.html](http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/destinos/%E2%80%9Cpib-do-turismo-alemao-igualao-industrial%E2%80%9D_92400.html). Um dos principais meios de comunicação do turismo nacional.

compreensão dos fenômenos que promovem essa dinamicidade socioespacial derivada do consumo.

Xavier (2007) delinea que as grandes transformações político-econômicas e técnico-científicas proporcionaram mudanças significativas na estrutura social. Afirma o autor que “a economia pós-industrial se caracterizou pela predominância das atividades de serviços, além da automação das indústrias, da informatização dos processos burocráticos e de uma busca incessante da natureza.” (XAVIER, 2007, p.15).

Nessa nova ordem socioeconômica, o turismo vem ganhando espaço e tem apresentado elevados índices de crescimento. Xavier afirma que em 2005 o turismo gerou cerca de 300 milhões de empregos ao movimentar cinquenta e dois setores da economia que participam de sua cadeia produtiva. Com o avanço tecnológico do sistema de transporte que facilita o deslocamento das pessoas, as perspectivas de crescimento só aumentam, uma vez que se amplia a interdependência das nações num mundo globalizado.

Por ser um fenômeno recente, ao discutir conceito de turismo, ou mesmo sua origem, percebemos não existir um consenso entre os estudiosos do assunto. Toda viagem será turismo? E a pessoa que se desloca a trabalho para outra cidade, será que está realizando turismo? São questionamentos que permitem uma flexibilização no conceito. Santana (2009, p.26) coloca que é preciso “delimitar o turismo àqueles deslocamentos que impliquem uma mentalidade coletiva e de uso/consumo de infraestrutura, bens e serviços (em amplo sentido).”

Barreto (2001) assinala que o conceito de turismo surge no século XVII na Inglaterra, referindo a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* é de origem francesa, como muitas palavras do inglês moderno que definem conceitos ligados à riqueza e à classe privilegiada. Isso aconteceu porque, durante o tempo em que a Inglaterra esteve ocupada pelos franceses, a corte passou a falar francês, e o inglês quase desapareceu. A palavra *tour* quer dizer volta e tem seu equivalente no inglês *turn*, e no latim *tornare*, acredita que a origem da palavra está no hebraico *Tur* que aparece na Bíblia com o significado de viagem de reconhecimento.

Já Molina (2003) ao discorrer sobre processo evolutivo do turismo aponta três grandes etapas: o pré-turismo, turismo e pós-turismo. O primeiro movimento refere-se ao *Grand Tour*, que se originou na Europa durante o século XVII, quando filhos de famílias nobres e de comerciantes ricos viajavam para outras cidades, visando melhorar sua educação, contatos diplomáticos e de negócios. Molina (2003) também destaca que não existe uma

linearidade na evolução turística, e mesmo nos tempos atuais é possível encontrar produtos pré-turísticos, ou seja, aqueles que ofertam serviços rudimentares, baixa tecnologia, sem capacitação ou um sistema administrativo, mas que podem ser demandados por um segmento específico. Em seguida, o autor delinea os aspectos do turismo, subdividindo em três categorias:

- Turismo industrial primitivo: origina-se no século XIX e vai até o início da Segunda Guerra Mundial. É quando ocorre a expansão do transporte de superfície, criação governamental de departamentos turísticos, são implementados os primeiros hotéis urbanos, os balneários costeiros no Mediterrâneo e alguns destinos na América Latina. Nessa fase, destaca-se o nome de Thomas Cook, pioneiro em organizar uma viagem, com a oferta de serviços inclusos a um único preço.

- Turismo industrial maduro: ocorre a partir da década de 1950, com alto crescimento na demanda de turistas internacionais, passando de 25 milhões de turistas para mais de 600 milhões na década de 1990. É nessa fase que explode o turismo de sol e praia, segmento turístico responsável pela expansão do turismo em nível mundial, em que se consolida o temeroso turismo de massa. Molina (2003, p.24) afirma que é nesta etapa que “o turismo se consolida como uma indústria, ou seja, um conjunto de empresas de diversos itens que se guiam por um código conceitual e operacional em que predominam os princípios de uniformização, de centralização e de maximização”.

- Turismo pós-industrial: inicia-se na década de 80 com a alta competitividade existente no mercado turístico. Começa uma desmassificação da demanda, alta segmentação, diferenciação nos serviços e produtos, personalização dos serviços. O autor também destaca que essa etapa é influenciada pelo desenvolvimento de novas tecnologias, que irá afetar o comportamento da demanda, o setor empresarial, a função do governo, o papel das comunidades locais e a estrutura dos produtos e serviços.

Por último, Molina (2003) apresenta o conceito de pós-turismo, como um novo paradigma que altera completamente as concepções do turismo industrial. A principal característica desta fase é uso intensivo de alta tecnologia na oferta de produtos e serviços turísticos. O autor coloca como exemplo os parques temáticos, que proporcionam aos visitantes o papel de protagonista do atrativo, promovendo interações diversas através do uso de novas tecnologias. O pós-turismo se diferencia por ir além da oferta de produtos e serviços de qualidade, mas para oferecer experiências ao turista. Ele é orientado para atender as necessidades do mundo interior, da realidade subjetiva dos indivíduos e dos grupos.

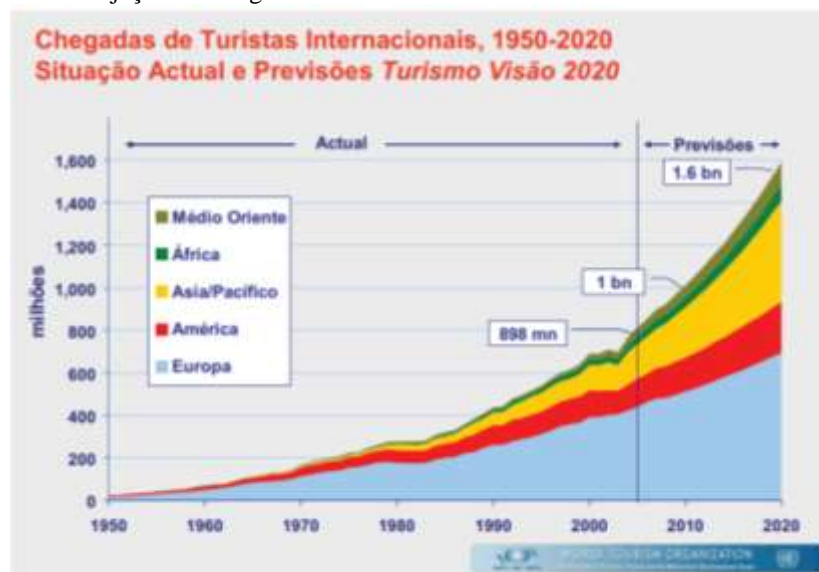
Outro autor que também discute a história do turismo é Xavier (2007), o qual também a divide em três momentos: o primeiro surgiu com a Revolução Industrial, em que foram criados sofisticados equipamentos para atender um turismo de elite. A segunda fase aconteceu com o início do turismo de massa, em que uma série de acontecimentos permitiu que as pessoas pudessem viajar. Sobre tais acontecimentos o autor aponta a “facilidade dos transportes, dos deslocamentos, do crédito, bem como a divulgação da atividade, a industrialização dos países periféricos, as conquistas trabalhistas e o desejo de viajar” (XAVIER, 2007, p.49). Nesta segunda fase, o turismo ganhou grande dimensão em nossa sociedade, tornando-se uma necessidade nos dias atuais.

E, finalmente como terceira fase, Xavier indica sua estreita ligação com o desenvolvimento tecnológico. Este dinamizou a ‘produção’ do turismo, com o surgimento de grandes investimentos na área, exemplificados pelos *resorts* e parques temáticos. O autor ainda destaca que, nessa fase, deve-se “registrar, também, uma influência significativa da natureza e cultura” (XAVIER, 2007, p.52). Com essa característica sistêmica, que se fortalece pela consolidação da globalização, o turismo é uma atividade pós-moderna que se espalha por toda superfície terrestre. Xavier (2007, p.53) vai além, afirmando:

entretanto, esse mundo do turismo, tende ultrapassar o espaço físico e cinemático, chegando a outras categorias de espaço, como o virtual e o psicológico, motivo pelo qual amplia a possibilidade de seu tratamento pela abordagem geográfica perceptiva.

A perspectiva para a expansão da atividade turística nos próximos anos é exponencial, o avanço tecnológico, o aumento no fluxo de informações e mercadorias, a ascensão econômica dos países emergentes e o crescimento do setor de transportes criam um cenário mais que favorável para estabelecer o turismo como uma das principais atividades econômicas mundiais. Nesta perspectiva, Carvão (2009) apresenta a seguinte projeção da Organização Mundial de Turismo - OMT:

**Gráfico 1** - Projeção da Chegada de Turistas Internacionais em nível Mundial 1950-2020



Fonte: OMT (2008) *apud* Carvão (2009)

O gráfico 01 demonstra o ritmo acelerado do turismo nos últimos anos, com a previsão de 1,6 bilhões de chegada de turistas internacionais. Outro aspecto presente é o de como a atividade econômica promove o desenvolvimento do setor. No gráfico percebemos o crescimento vertiginoso da chegada de turistas na Ásia que, além de apresentar altos índices de demografia, tem exibido constantes aumentos no PIB, o que favorece, também, um maior fluxo de pessoas. No mesmo estudo Carvão (2009) afirma que a China deverá ocupar o primeiro lugar de destino mais visitado no mundo, hoje ocupado pela França.

O turismo, certamente, é uma das principais atividades econômicas da sociedade pós-moderna. Mesmo que o homem sempre tenha se deslocado no espaço, através de peregrinações e viagens, o turismo só se consolidou como tal a partir da sistematização em que foi desenvolvida uma estrutura para atender o turista, algo que aconteceu somente com o surgimento da própria indústria. Ainda que se trate de uma atividade recente, ela se consolida, cada vez mais, no mercado internacional. Hoje diversos países adotam a atividade turística como principal fonte de divisas e outros, mesmo não sendo esta sua atividade principal, conseguem a geração de milhares de empregos e renda com o fomento do turismo. O contexto globalizado, cujas fronteiras se tornam cada vez menos distantes, corrobora para que fenômeno turístico se potencialize.

Todavia o turismo vai além da dimensão econômica. É uma atividade sistêmica que envolve uma série de ambientes e equipamentos para seu desenvolvimento. Sendo um dos primeiros teóricos brasileiros a discutir o sistema turístico, Beni (2006) expõe que o turismo

acontece dentro da relação de quatro ambientes: ecológico, social, cultural e econômico, conforme a Figura 02 abaixo:

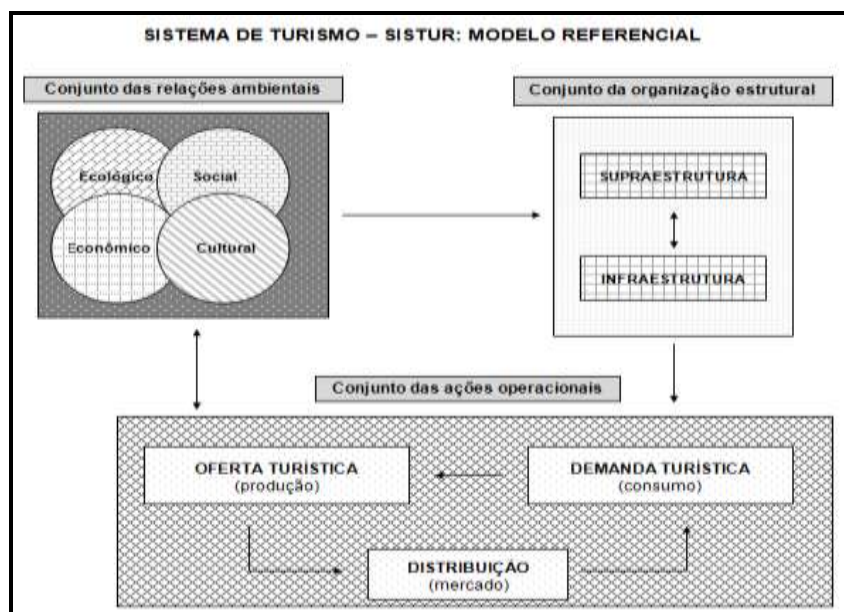


Figura 2 – Sistema de Turismo – SISTUR. Fonte: Beni (2006)

A Figura 02 demonstra a complexidade do desenvolvimento da atividade turística. Além das questões ambientais que dão suporte, é necessária uma organização estrutural que Beni (2006) classifica em duas partes: a superestrutura, que envolve toda a organização política, pública e privada, que fornece diretrizes para o fomento do turismo; e a infraestrutura, que são as condições básicas de apoio aos serviços e equipamentos turísticos, a estrutura de serviços urbanos, como estradas de acesso, saneamento ambiental, energia elétrica e iluminação pública, transporte coletivo e outros. Ao processo do turismo, Beni (2006) denomina de conjunto das ações operacionais, isto é, quando ocorre a produção dos bens e serviços turísticos (oferta turística) que são sistematizados para o consumo de um determinado público (demanda turística), através de um mercado (como ocorre a distribuição deste produto).

Apesar de existirem outros olhares para a sistematização do turismo, em sua proposta Beni (2006) já demonstra a complexidade existente no fenômeno turístico. Assim, turismo não é somente o fato de uma pessoa se deslocar no espaço, mas toda uma estrutura que dá apoio ao atendimento das expectativas do turista, assim como assegura os interesses do destino, que deve se beneficiar da atividade turística.

O entrelaçamento entre o turismo e a economia é evidente. Uma particularidade que o diferencia das atividades industriais é que o turismo é consumido onde é produzido. Tal fato proporciona a apropriação do espaço e das interações socioespaciais, sendo passíveis para tornarem-se objetos de consumo. Disso decorre que, podemos notar, os anseios capitalistas do turismo são capazes de ocasionar grandes transformações socioespaciais, em qualquer destino, desde uma vila de pescadores a uma grande metrópole. Santana (2009) afirma que ao longo dos anos se por um lado o turismo é um fator econômico gerador de divisas, ora é tido como gerador de impactos negativos na cultura e meio ambiente. “O desenvolvimento de qualquer forma de turismo em determinada área inevitavelmente afeta a vida de populações residentes, além de alterar claramente o ambiente físico” (SANTANA, 2009, p.147).

Um exemplo é a atual apropriação do patrimônio cultural, pelo turismo, pela qual as edificações históricas, os ritos e as tradições são preservados e/ou reinventados. Eles não são vistos apenas como referências culturais de um povo, mas como potenciais produtos turísticos, passíveis de incentivar a atividade de comercialização. O constante interesse por uma cultura diferente faz com que o turismo cultural firme-se como um dos principais segmentos do mercado turístico. Conforme aponta Almeida (2007, p. 155):

o crescente interesse da demanda pelo turismo cultural é um fato indiscutível. Este aspecto tem levado muitos destinos tradicionais com outras modalidades de turismo a revalorizarem os seus recursos e a buscarem na cultura modelos agregadores de dinamização e de potencialidades como atrativos importantes no conjunto tradicionalmente ofertado aos visitantes. (ALMEIDA, 2007, p. 155).

Turismo e cultura possuem uma relação intrínseca, e o fato da atividade turística ser um gerador de emprego e renda faz com que vários destinos criem estratégias para preservar seu patrimônio cultural. Dentro desta perspectiva é que surgem diversos estudos sobre os efeitos do turismo na cultura de um local. Existe a necessidade de “congelar” uma cultura para atrair o turista? Será que é só o turista e seu estilo de vida que irá influenciar determinada população autóctone? Esses são alguns questionamentos que norteiam inúmeros estudos a respeito desta relação. Santana (2009) “aborda uma condição normal essa ‘cultura de encontro’ entre o nativo e o turista colocando que o ‘autêntico’ é o resultado de uma interação múltipla, variada e complexa do conjunto de elementos que constituíram a enculturação e a própria experiência, mantendo poucas conexões com o ‘real’ ”(SANTANA, 2009, p.15). O turismo cultural, que oferece às comunidades locais os benefícios econômicos a visibilidade a nível global, ajuda as comunidades locais a praticar mais regularmente e integralmente seus

patrimônios. Os encontros entre as comunidades locais e os turistas formam o palco do contato cultural, onde os dois lados experimentam modificações significativas.

## 2.2 Pertencimento ou Comercialização do Patrimônio?

Goiás ficou estigmatizada durante muitos anos como ‘Goiás Velho’, um símbolo que representa o antigo, o atrasado, uma cidade velha e sem futuro. Após transferência da capital para Goiânia, realmente o município sofreu com algumas mazelas sociais como a estagnação econômica e o decréscimo populacional. A construção de políticas públicas que valorizassem o patrimônio histórico-cultural fez com que a sociedade se despertasse para sua história, seu passado, seus costumes, sua cultura. A Cidade de Goiás recentemente começou a se refuncionalizar e a deixar de ser vista como ‘velharia’ e passou a ser um patrimônio. Vilaboenses se articularam com o objetivo de recriar o *glamour* da cidade, por meio da valorização patrimonial. A Goiás Velho verdadeiramente se renovou ao conquistar o título da Unesco de Patrimônio Cultural da Humanidade e entrar no movimento mundial de valorização do patrimônio histórico-cultural. Esse fato permitiu a criação de uma nova dinâmica urbana estimulada por um fenômeno contemporâneo: o turismo.

De maneira geral, podemos observar que politicamente existe uma preocupação de que seja criada uma identidade local, por meio do patrimônio cultural e o desejo de que sejam valorizados os bens materiais e imateriais de um povo. Almeida (2011) afirma:

a sociedade contemporânea, renova-se o interesse pelo patrimônio cultural, face às atuais discussões sobre as identidades e alteridades no mundo globalizado. De acordo com Fabre (1994), apesar de nossas sociedades se definirem como modernas, ou seja, engajadas em um processo contínuo de transformação histórica, elas são também sociedades de conservação. A febre patrimonial crescente é a forma presente deste apego com o passado. Em outras palavras, o patrimônio constitui-se nova base de reafirmar a identidade e a patrimonialização é um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais (ALMEIDA, 2011, [s/p]).

Apesar de já existirem, há algum tempo, leis referentes ao patrimônio que se ocupam de firmar um elo identitário da sociedade, constatamos que, na atualidade, estas não ressoam na voz da própria população. Percebemos que muitas comunidades, principalmente as dos países periféricos, sofrem constante influência do processo de globalização, em que a sociedade detentora do poder econômico dita as diretrizes culturais para os demais, como as políticas universais da Unesco. Compreendemos que tal processo seja objeto dos estudos

geográficos, no viés que “se atenta às relações entre o sujeito e o seu meio, ambos mediados pelas representações, pelas práticas e discursos globais e locais” (PAES, 2009, p.164). Com essa tomada de consciência, cabe a nós salientarmos sobre alguns pontos para a reflexão de como ocorre a espacialidade do patrimônio cultural na contemporaneidade.

A quebra do racionalismo científico e dos valores positivistas apregoados pela modernidade promoveu um novo período histórico: a pós-modernidade. O novo discurso passa a elencar várias ‘mortes’, para elucidar esta nova etapa da humanidade, conforme expõe Ortega Valcarél (2000) “muerte del sujeto, muerte de la razon, muerte de la historia, muerte de la metafísica, muerte de la totalidad. Muerte de toda una retícula de categorias y conceptos cuyas relaciones orgânicas vertebraban el proyecto de la modernidad”.

As consequências dessas transformações delinearam uma sociedade em crise, ocasionada pelas ‘desconstruções’ da pós-modernidade em diversas áreas como: artes, música, política, filosofia, ciências e outras. Em voga se faz uma cultura libertadora, em que as verdades são voláteis, onde não mais existe a imposição da ciência. Ortega Valcárcel (2000) aponta que tal circunstância permite a reivindicação do parcial, do singular, do individual, do diferente. Estrutura-se uma sociedade em fragmentos, e o mundo passa a ser constituído pelo olhar do indivíduo.

*el posmodernismo resulta así una filosofía de la individualidad, del individuo como islã, que convierte la sociedad en un archipiélago social. Todo ello en en marco de un certo hibridismo de pensamientos, en un marco general de encrucijada de filosofias, en una de situación en que la indefinición forma parte de la vida social. Lo que el posmodernismo viene a proclamar es la imposibilidad de establecer una imagen única del mundo, una representación unificada. (ORTEGA VALCÁRCEL, 2000, p. 250).*

A característica da individualidade presente no pós-modernismo é o que ocasiona a denominada “crise de identidades” (HALL, 1997). Tal crise ocorreu a partir de quando as identidades modernas foram “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas. A fragmentação da identidade do indivíduo social não mais encontra referências sólidas para sua afirmação. Hall (1997), para elucidar, apresenta três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A primeira se embasa no indivíduo totalmente centrado, unificado, detentor de uma razão. A segunda é aquela em que o sujeito reflete e interage com seu entorno, acredita no núcleo central do “eu interior”, mas necessita de uma retroalimentação cultural com o mundo “exterior”; e o sujeito pós-moderno, fragmentado, composto por várias identidades e assumindo a que lhe convém conforme o

momento. Hall (199) chega a enfatizar que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas” (HALL,1997, p.13).

O citado autor expõe que tal situação permite um “jogo de identidades”, pelo qual a identidade muda de acordo com a representação do sujeito. Ao discutir a questão das políticas ligadas ao patrimônio cultural, percebemos o intuito de criar um elo entre as mais diversas identidades, conforme expõe Hall (1997), uma “identidade mestra”. Todavia já não existe uma legitimidade, uma identificação das pessoas com os signos impostos por uma política. O patrimônio cultural ganhou novas atribuições, deixando de ser somente uma referência de tradição: ele se inseriu na dual relação entre o global e o local, tornando-se um espaço para consumo e também um lugar de memória<sup>6</sup>.

Em relação às cidades-patrimoniais, criam-se territórios imersos aos diversos discursos e o “jogo de identidades” torna-se ferramenta para os atores sociais lidarem com seus interesses. Vale ressaltar que as relações que configuram o território estão marcadas pelas relações socioespaciais dos atores ali inseridos, na interação de uma dimensão simbólica e de domínio político. Conforme expõe Paes (2009):

a gestão do patrimônio é tanto palco privilegiado dos discursos explicativos e ideológicos dos agentes institucionais, políticos e administrativos, nas práticas do urbanismo e do planejamento do território; como bandeira de pertencimento territorial no universo simbólico, e também político, das práticas socioculturais que expressam relações de identidade entre determinadas coletividades e seus meios. (PAES, 2009, p. 166).

Um dos fenômenos que exemplifica tal problemática é a constante valorização turística dos patrimônios culturais. Há um esforço das cidades-patrimoniais em captar turistas de diferentes culturas, comercializando suas paisagens, assim como uma política rígida para a “preservação” do seu patrimônio. Costa e Scarlato (2012, p.104) discute a *dialética da construção destrutiva*, que discorre sobre a contradição “entre a ‘preservação’ e a mercantilização, a busca da democratização e da ‘elitização’ do patrimônio urbano”. Assim percebemos o jogo das identidades, em que as paisagens políticas do mundo pós-moderno são fragmentadas por identificações contraditórias.

O conceito de patrimônio vem sendo incorporado nas abordagens geográficas e, muitas vezes, aproxima-se do conceito de território. Almeida (2010, p.42) afirma que “ambos

---

<sup>6</sup> Lugares de memória permitem que uma coletividade atribua uma imagem a ela mesma, tanto para se reconhecer, como para se fazer reconhecer por sua singularidade em relação aos outros (PAES, 2009).

os termos concebem o tecido social na continuidade histórica, constituindo-se de sólidas referências culturais, geradoras de controle ideológico e político.”

Não querendo aqui conceituar o que seria território, vale destacar que território vai além da dimensão material-funcional, existe também uma constante valorização simbólica. Haesbaert (2009, p.106) exemplifica com a “Terra Prometida” dos judeus, pois “a uma referência sobre um espaço simbólico não correspondia um território em seu sentido material”. Podemos perceber, assim, que o conceito de território permeia as relações e representações existentes no espaço.

A territorialização do espaço se dá pela apropriação, pela produção social em que são construídos significados e relações de poder. Para Haesbaert (2009), “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2009, p.105).

A citação demonstra que a abordagem dada à categoria depende do método que a ser utilizado. Apesar da diferenciação existente, não há uma contradição; ao contrário, podem alcançar uma complementariedade dependendo do objetivo pretendido. Neste trabalho, optamos por uma abordagem de vertente fenomenológica, mas, em alguns pontos, navegamos guiados pelo olhar crítico-dialético, uma vez que as relações de poder econômico-políticas interferem nas representações dos sujeitos.

Para melhor compreendermos as análises feitas sob esses vieses, julgamos importante elucidarmos a ideia de símbolo. Podemos dizer que ele se difere de signo ou representação; que é uma convenção abstrata geral; que apresenta um sentido mais primário e literal e que “mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade”, como nos diz Haesbaert (2009). O processo de simbolização está intrinsecamente envolvido com uma subjetividade, individual ou coletiva, ou seja, com uma identidade.

Haesbaert (2009) aponta três abordagens sobre identidade: a) a filosófica - identidade não pode ser definida; b) a psicológica - sob o aspecto do indivíduo e c) a antropológica - que permeia a identidade social ou coletiva. Muitas dessas se manifestam em função das condições espaço-temporais, em que o sujeito ou grupo está inserido. Assim, a construção do território faz frente a um espaço simbólico e historicamente produzido, o que demonstra forte entrelace com a questão da patrimonialização.

Diante do exposto, sintetizamos esta breve reflexão citando Haesbaert (2006):

de qualquer forma, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista como se pudesse ser localizado e “objetificado”. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico. (HAESBAERT, 2006, p. 92-93).

Sobre o embricamento entre paisagem e patrimônio, Paes (2009) esclarece:

Na paisagem que essas heranças e memórias, tornadas patrimônio, ganham materialidade. A paisagem é sempre uma herança material e simbólica, patrimônio coletivo, continente de signos e significados historicamente localizados. A paisagem, resultado da produção social e da determinação natural, é uma forma pela qual a sociedade vê o mundo. Ela reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor. (PAES, 2009, p. 166).

Paisagem é uma expressão que não se limita ao campo geográfico, mas que navega também em outros mares: no científico, no literário, no artístico e outros. Está presente no cotidiano, no vocabulário popular, no imaginário coletivo, no olhar do sujeito. Não é somente a parte visível do espaço; ela é imbricada de sentimentos, valores e crenças; não é somente uma porção física do espaço, mas um conjunto de signos do passado e presente, que se interage com aquele que a observa. Assim, a construção da paisagem se origina no espaço vivido das pessoas, por meio de um processo perceptivo. Ela é formatada sob a égide do olhar do observador, lembrando que este olhar vai além do visível, permeia toques, sons, cheiros e sabores. É das generalidades oriundas destas percepções que podemos afirmar que Paisagem Cultural está relacionada ao simbólico, às representações e à identidade.

A dimensão simbólica expressa na paisagem é o que nos chama a atenção, os marcos visíveis nesta paisagem consolidam a relação com o patrimônio cultural.

Para exemplificar tal situação, citamos Almeida et al (2011):

de fato, se observados alguns exemplos, chegaremos a esta constatação: Brasília, para ilustrar, pode ser uma cidade como as demais, entretanto, é um símbolo poderoso do poder presidencial, de sede dos três poderes, unívoco. O lugar onde viveu uma figura nacional pode ser uma casa comum, porém, tem um significado simbólico enorme para os iniciados. É o caso da Casa Velha da Ponte, assim conhecida a casa em que viveu Cora Coralina, poetisa goiana, na Cidade de Goiás. Uma cidade como Ouro Preto, tombada como patrimônio da humanidade, tem um significado simbólico intenso de um período da mineração do ouro, cujas marcas estão na imponência das igrejas e na arquitetura majestosa dos casarios. Brasília,

Casa de Cora Coralina e Ouro Preto, embora paisagens distintas, são idênticas porque revelam a historicidade das relações entre a sociedade e a natureza e a concepção de mundo dos homens que as modelaram. (ALMEIDA et al , 2011, p.28)

Ao abordar o processo de patrimonialização de cidades consideradas históricas, percebemos a valorização da Paisagem Cultural, carregada de significados simbólicos. Chegou-se à institucionalização do termo, tanto pelo IPHAN quanto pela Unesco, que adotam atualmente a política de chancela da Paisagem Cultural, conforme exposto a seguir: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009 [s/p]).

Almeida et al (2011, p.30) afirma que a “chancela tem por finalidade atender o interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando os instrumentos de promoção e proteção já existentes e integrando-os.”

Intriga-nos a seguinte questão: como ocorre a legitimação dessa Paisagem Cultural, uma vez que consideramos a perspectiva do sujeito na construção da paisagem? Afinal, existe um processo de territorialização da própria paisagem e a definição de uma política patrimonial pode adotar uma perspectiva que não encontra ressonância na própria sociedade.

## **CAPÍTULO III - CARTOGRAFANDO OLHARES**

Na construção da relação homem e espaço, os mapas sempre estiveram presentes, seja para o deslocamento espacial ou mesmo para delimitação dos territórios políticos. Os mapas são reflexos da nossa concepção de espaço, são representações gráficas de como o ser humano enxerga seu mundo. A linguagem cartográfica é aquela que o homem desenvolveu para registro de informações espaciais, uma linguagem simbólica que demonstra uma representação espacial de acordo com certa sociedade, em determinado tempo. Ao analisar a utilização dos mapas pelos homens, verificamos que uma prática que ocorre a milhares de anos, nas diferentes sociedades. E de acordo com as concepções espaciais de cada cultura e em determinado tempo, as figurações dos mapas modificam-se. Isso ocorre porque o mapa é um produto cultural, derivado de um processo histórico-cultural que irá ocasionar diferentes representações espaciais.

A relevância deste Capítulo é de expor justamente a característica não material que existe na construção de um mapa. Antes mesmo de ler um mapa, já existe uma imagem do local ou do percurso a ser traçado na cabeça do leitor. Mesmo que não conheçamos alguma cidade fisicamente, devido a informações recebidas por meios de comunicação, conseguimos criar imagens de determinada localidade. Assim como dois moradores da mesma cidade podem enxergá-la de maneira diferente, pois a representação espacial de cada um é consequência de um processo sociocultural.

Com o objetivo de compreender como ocorrem as representações espaciais da paisagem cultural de Goiás, por visitantes e moradores, adotamos como processo metodológico a aplicação de mapas mentais. Para a interpretação dos mesmos, utilizamos a metodologia Kozel (2001).

### **3.1 A Cartografia dos Mapas Mentais – representações espaciais**

A imagem como representação do espaço é utilizada desde a pré-história, com o aparecimento da linguagem simbólica, quando o homem gravou na pedra as cenas do seu cotidiano, da sua história, das direções percorridas. As representações do espaço pelos mapas cartesianos, embora normatizadas e referendadas pela técnica e acurácia em algumas sociedades e culturas, ainda permanecem como construções simbólicas. Todo conceito que possuímos da cartografia, atualmente, é fruto de um processo histórico-cultural. Como os espaços e suas representações são construídos? Que relações os seres humanos estabelecem

com os espaços? Diante de tais inquietações, a Geografia Cultural utiliza da “cartografia cultural” e dos mapas mentais como ferramentas para auxiliar a obtenção de tais respostas.

A questão dos mapas mentais é algo inerente ao ser humano, a todo instante mapeamos uma situação em nossa cabeça, conforme descreve Alves (2012):

a cabeça é um arquivo de mapas. Para ir do quarto para a cozinha, a criança consulta o mapa de sua casa que ela desenhou na sua cabeça. Caminha sem cometer erros. Também os adultos: gavetas, armários, caixas, álbuns. Por conta do mapa da casa que temos na cabeça, ao necessitar de uma agulha, de um lápis, de um martelo, de um remédio, não saímos a procurar a esmo. Vamos diretamente ao lugar indicado pelo mapa. Vêm depois os mapas da redondeza, da cidade, ruas, praças, restaurantes. Sem os mapas mentais, somos crianças perdidas numa cidade grande desconhecida. (ALVES, 2012, p. 153)

Mas afinal, podemos considerar mapa mental um mapa? Pessoas de senso comum ou mesmo de dentro do ambiente acadêmico ao se depararem com um mapa mental podem julgá-lo como um desenho qualquer, sem parâmetros, sem critérios definidos. Pode se perguntar como ‘aquilo’ poderia receber a definição de mapa. Para iniciarmos tal discussão, observemos a Figura 3:

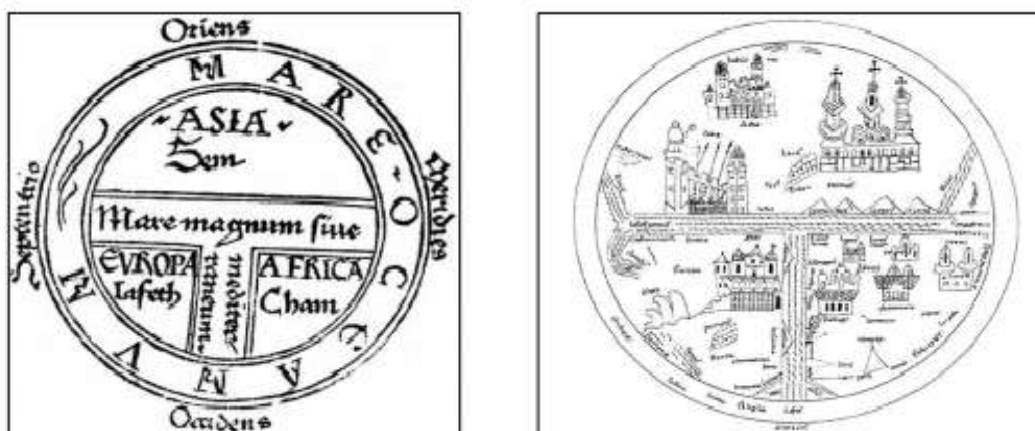


Figura 3 - : Dois exemplos de Mapa T-O. Fonte: Scalzitti (2011, p. 67)

Trata-se de dois exemplos de mapas conhecidos como Mapa Roda ou Mapa “T no O”, concebidos durante a Idade Média. Possivelmente hoje não seriam considerados mapas, pois o paradigma vigente, naquela época, era de cunho teocêntrico, pela forte influência da Igreja na construção do conhecimento. A Bíblia era o principal referencial dos homens, diferente dos tempos atuais, conforme expõe Katuta: “o observamos mapas, pinturas ou outras

figurações espaciais produzidas em diferentes momentos históricos, podemos perceber que subjacente às mesmas está uma certa visão a respeito da natureza do mundo” (2006, p.54)

Parece importante retomarmos alguns aspectos históricos da Ciência Cartográfica que corroboraram para delinear nossa atual concepção de mapas. A cartografia é utilizada há vários anos; é mais antiga do que a própria escrita. A confecção de mapas é algo presente em diversas civilizações do globo tais como: babilônios, egípcios, maias, esquimós, astecas, chineses, hindus e outros, e cada uma dessas culturas apresenta suas particularidades, cada uma se relaciona com o espaço de uma maneira; conseqüentemente a representação que fazem do espaço também é diferente. Katuta (2005, p. 26 ) compreende que “a prática da cartografia, ou o ato de cartografar imagens do espaço, associada ao pensamento e imaginação espaciais, remontam ao surgimento dos primeiros Homo Sapiens Sapiens”.

As pinturas e gravuras encontradas em cavernas demonstram que os primeiros homens tinham consciência do seu espaço e buscavam representá-lo de alguma forma. A mesma autora comenta que o vocábulo “cartografia” é algo recente e, apoiando-se em Oliveira (1993, p.84), diz que ser uma criação do historiador português Visconde de Santarém, numa carta escrita destinada ao historiador brasileiro Adolfo de Varnhagen. Entretanto, somente com o Renascimento, que quebrou a visão teológica, que se começou a desenvolver técnicas científicas para uma representação mais fidedigna da realidade.

Mesmo com a existência de uma rigidez científica nas representações cartográficas, herdada do período renascentista, sempre existe o aspecto sociocultural proveniente de um discurso ideológico que, muitas vezes, induz à reprodução de uma “verdade parcial”. Isto fez com que durante muito tempo existisse um preconceito por aqueles mapas que não seguissem parâmetros europeus. Observemos as contribuições de Harley (1991, p.9):

para poderem estudar todos esses novos aspectos, os historiadores da cartografia estão adotando teorias provenientes das ciências humanas e sociais. Deixou-se de acreditar, por exemplo, na pretensa supremacia do sistema de representação numérica do mundo. Também já não se crê que os mapas modernos, inclusive os objetivos mediante o concurso do satélite Landstat e dos computadores, estejam à margem das maquinações do poder. Tal como o mapa de uma cosmografia indiana ou qualquer representação asteca do Universo, as cartas geográficas por satélite não deixam de ser construções sociais. Começamos a compreender que a cartografia moderna é fruto de uma empresa global, uma forma de poder/saber mesclada às principais transformações produzidas na história do mundo, criada e recebida por agentes humanos, explorada pelas elites para exprimir uma visão ideológica do mundo.

A cartografia não é simplesmente o ato de confecção de mapas, é a ciência que trata da concepção, produção, difusão, utilização e estudo dos mapas; uma forma de comunicação

que procura por meio da representação gráfica transmitir sua mensagem. Ao confeccionar um mapa, o cartógrafo deve ter em mente qual informação do mundo real ele quer passar. Mapa não é apenas uma ferramenta para demonstrar uma localização, mas uma representação espacial em que o cartógrafo faz escolhas. Mesmo buscando a utópica ‘neutralidade’ científica, faz escolhas arbitrárias que são transmitidas para o leitor do seu mapa. O mapa representa uma forma de saber; é um produto cultural dos povos e cada qual detém suas particularidades, moldadas por construções sociais. Cada cultura possui determinada concepção de espaço e de tempo, não podendo ser subjugada ou comparada à outra.

Nesta perspectiva, Kozel (2007) esclarece que para desvendar o mapa como produto cultural é necessário uma reflexão sobre a construção de imagens como decorrente da apreensão dos significados e subjetividades espaciais, uma vez que esta reflete a compreensão sociocultural dos indivíduos que a produz. A autora define que o processo de construção ou decodificação de uma imagem passa por diferentes filtros e linguagens, particulares de cada indivíduo, que estabelece seus códigos de acordo com sua visão de mundo.

Tal discussão demonstra a importância de compreender e de contextualizar os aspectos socioculturais no estudo da cartografia. Vale salientar que a cartografia é uma forma de comunicação, uma forma de linguagem que se baseia na relação sujeito/signo/imagem (KOZEL, 2007). Diante desta afirmação, vários autores discutem a linguagem cartográfica como: Oliveira (2007), Richter (2010), Kozel (2005), Pinheiro (2005). Estes autores discorrem sobre como ocorre a comunicação entre o objeto e o sujeito, sobre o processo cognitivo da apreensão do sujeito sobre o real, assim como as formas de percepção dos signos e as representações sociais influenciam essas dinâmicas.

Kozel (2007) discute o “espaço vivido” como sendo aquele impregnado de percepções, significados e complexidades, apontando os mapas como construções socioculturais. Assim, evidencia-se a crescente discussão dentro da Geografia acerca dos mapas mentais, que objetiva justamente compreender as visões dos sujeitos sobre o espaço. Os mapas mentais estão cada vez mais em voga, uma vez que demonstram que a representação espacial se dá através da apreensão do real por processos perceptivos dentro de um contexto sociocultural.

Richter (2010), em sua tese, descreve uma retrospectiva sobre como surge a ideia de mapas mentais e suas utilizações contemporâneas. O autor aponta como berço dessa ferramenta (mapas mentais) a área da Psicologia, com os estudos de David Lowenthal, que discutiu as Geografias Pessoais. Tanto Richter (2010), quanto Kozel (2001) destacam o nome

de Kevin Lynch (1999) como um dos pioneiros no estudo da percepção ambiental. Em seu livro *A Imagem da cidade*, publicado originalmente em 1960, ele estuda a dinâmica de três cidades e as relações estabelecidas com seus moradores. Segundo Richter, apesar de Lynch não utilizar o termo “mapa mental”, “ele denomina este processo de imagem mental, numa clara referência na interpretação cognitiva de como os indivíduos analisam e interpretam os espaços” (RICHTER, 2010, p.120).

Lynch trouxe alguns conceitos que deram considerável contribuição ao estudo das representações espaciais, como: a) o de *legibilidade*, que são as percepções individuais e coletivas dos cidadãos e o uso das representações cartográficas da cidade; e b) o de *imaginabilidade*, que é a característica de determinado objeto físico evocar uma imagem mental. (RICHTER, 2010).

Em seu histórico conceitual, Richter (2010) aborda Gould e White por acrescentarem que os mapas mentais não são apenas resultantes da experiência do indivíduo, mas também resultantes de uma contextualização sociocultural, isto é, “são registros de uma representação do conhecimento humano ao longo do tempo, que expressa, pela linguagem cartográfica, suas interpretações sobre o meio que vivem” (RICHTER, 2010, p.121).

No Brasil, Kozel (2001) é uma das principais referências da área. A autora trabalha a perspectiva do mapa mental como uma forma de linguagem, “que se estrutura a partir de sentimentos e valores culturais que emergem no contexto social. O espaço passa a ser entendido como entidade verbalizada pela linguagem, cujos signos são construídos socialmente” (KOZEL, 2007, p.122).

Nessa perspectiva, para constituir sua metodologia de interpretação de mapas mentais, em sua tese, Kozel (2001) adota a construção do signo de acordo com conceitos de Bahktin, que ao abordar sua teoria dialógica, afirma que o signo só existe por estar imerso em um contexto social e que são os significados que promovem algum sentido aos signos. “Os signos nascem com a função de significar, denominar os novos objetos e conceitos gerados pela complexificação das novas relações sociais gerais, e àqueles relativos as mais diversas áreas do campo social” (KOZEL, 2001, p. 269).

Os mapas mentais são importantes instrumentos para a Geografia, uma vez que se baseiam na percepção do espaço vivido. Ao adentrar na análise espacial de viés cultural, percebe-se, mais ainda, a importância do mapa mental como procedimento metodológico, uma vez que se propõe uma abordagem a partir do sujeito inserido em um contexto

sociocultural. “Os mapas mentais revelam a ideia que as pessoas têm do mundo e assim vão além da percepção individual refletindo a construção social” (KOZEL, 2007, p.117).

A Geografia, como Ciência que estuda a relação entre o homem e o espaço, sempre se utilizou da cartografia para a análise espacial. Apesar de, muitas vezes, os mapas mentais não serem considerados “mapas” pelo viés cartesiano, eles não deixam de ser uma representação espacial que fornece informações essenciais para que o geógrafo continue sua investigação para compreender a dinâmica do homem em seu meio.

Os mapas mentais são importantes instrumentos da análise geográfica, uma vez que, baseiam-se na percepção espacial do sujeito, seja um espaço vivido, percebido, compreendido ou mesmo concebido. Trata-se, pois, de uma reconstrução mental acerca daquilo que se percebeu, do que foi visto ou vivenciado, mas permeado pela compreensão e concepção inerentes a cada sujeito. Dessa forma, as leituras espaciais demonstradas pelos sujeitos são dotadas de suas crenças, valores, do seu contexto sociocultural, e as concepções dos seus mapas serão únicas.

Ao refletirmos sobre paisagem, podemos afirmar que o mapa mental é um procedimento metodológico de análise bastante eficaz, uma vez que a percepção é essencial no processo construtivo dessa categoria. Santos (2006) define que paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Assim, o entendimento dos processos cognitivos através de mapas mentais se torna de extrema importância, uma vez que a percepção é um processo seletivo de apreensão da realidade; logo, percebida de forma diferenciada por cada pessoa.

Sob esse embasamento, os mapas mentais aplicados nesta pesquisa buscaram compreender a percepção de moradores e de visitantes acerca da Paisagem Cultural da Cidade de Goiás. Da mesma forma, visaram compreender como ocorre a apropriação do patrimônio, bem como apontar as influências do turismo na dinâmica da Paisagem Cultural de Goiás.

### **3.2. Descobrimo a colcha de retalhos – interpretação dos mapas mentais**

A referência à colcha de retalhos, ora presente neste subtítulo, intentou servir para destacar a visão sistêmica deste trabalho. É inegável que a análise da totalidade se torna complexa por se tratar de algo que vai além da soma das partes, da relação entre as particularidades e o todo. Ao analisarmos a Paisagem Cultural da Cidade de Goiás, tivemos em mente que era necessário compreender suas particularidades, como aponta Santos (2006): “a primeira noção a levar em conta é a de que o conhecimento pressupõe análise e a segunda noção essencial é a de que a análise pressupõe a divisão” (SANTOS, 2006, p.75).

No entanto, o autor ressalta que

o todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização. (SANTOS, 2006, p.75)

Para compreender a dinâmica da totalidade, o autor se baseia em Sartre e diferencia *totalidade* e *totalização*: “a primeira sendo o resultado e a segunda o processo” (SANTOS, 2006, p. 76). Dessa forma, a totalidade se encontra sempre em movimento, buscando totalizar-se; e “cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo” (SANTOS, 2006, p. 77). Sob essa ótica, a Cidade de Goiás, devido ao processo de tombamento patrimonial, materializou o tempo no espaço, exaltando formas do passado no presente. Todavia, sua paisagem se recria constantemente, pela relação dialética entre particularidade e totalidade, uma vez que novos indivíduos refuncionalizam essas formas. Nesta perspectiva Cifeli (2009) ressalta:

de acordo com os condicionantes legais que restringem as transformações formais e estruturais nos edifícios isolados e nos conjuntos urbanos tombados, considerados como patrimônio cultural, a materialidade contida em tais elementos, resultantes de estruturas sociais precedentes, permanece, enquanto forma, transformando-se em objetos com a agregação de um novo conteúdo social que resulta na agregação de novas funções e sentidos aos objetos pré-existentes. (CIFELI, 2009, p.117)

A análise da paisagem vilaboense, contemplando aspectos da totalidade e da particularidade, desenvolveu-se, primeiramente, por um levantamento bibliográfico referente aos conceitos teóricos abordados, dando ênfase às categorias *paisagem* e *patrimônio*. A esse levantamento se seguiu um trabalho de campo, no qual utilizamos como principal instrumento metodológico os mapas mentais, os quais detalhamos em seguida. Nosso objetivo foi o de compreender como ocorre a apreensão da paisagem por moradores e por turistas. Delimitamos a área de estudo no Centro Histórico da Cidade de Goiás, mais precisamente no perímetro do percurso da Procissão do Fogaréu, por esta ser um dos principais patrimônios imateriais da cidade, bem como o referido perímetro conter o maior índice de edificações e bens materiais, conforme pode ser visualizado na figura 4.

## PERCURSO DA PROCISSÃO DO FOGARÉU - GOIÁS / GO



Fonte: Google Earth, 2013.

### Legenda

#### Pontos:

- Ⓐ - Igreja da Boa Morte
- Ⓑ - Igreja do Rosário
- Ⓒ - Igreja São Francisco



Percurso da Procissão  
do Fogaréu

A



B



C



Fotos: Magalhães Filho, 2012.

Figura 4 - Imagem do percurso da Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás.

Lynch (1999, p.16) diz que “a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores”. Porém, apesar de cada indivíduo construir sua própria imagem, parece haver uma concórdia entre membros de um mesmo grupo. Seguindo essa afirmação, elencamos critérios de classificação como: idade, sexo, cultura, ocupação, temperamento ou familiaridade.

O autor sustenta sua posição afirmando que uma imagem ambiental pode ser constituída por três componentes: identidade, estrutura e significado: a identificação de um objeto implica em sua diferenciação de outras coisas; a imagem deve incluir a relação espacial do objeto com o observador e os outros objetos; por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional.

Partindo deste pressuposto, ao propor uma análise das paisagens da Cidade de Goiás através do olhar do sujeito, bem como reconhecendo que o contexto sociocultural influencia a construção da imagem do indivíduo, nossa pesquisa elencou dois principais grupos como alvos de aplicação de mapas mentais: o de visitantes da cidade e o de moradores. Visamos compreender as diferenças existentes entre o indivíduo que rompe sua rotina em busca de ‘explorar’ um novo espaço e aquele que possui um vínculo espacial com a cidade; como cada um vivencia o lugar, como cada um constrói a imagem de um mesmo espaço.

A Cidade de Goiás, como Patrimônio Cultural da Humanidade, atrai visitantes de diversos lugares. Em decorrência, suas lideranças criam ações que visam fomentar a atividade turística e a valorização do seu patrimônio. Como exemplo, atualmente, Goiás sedia dois dos principais eventos realizados no Estado de Goiás: a Semana Santa, quando ocorre a Procissão do Fogaréu, evento fortemente marcado pela religiosidade; e o Festival Internacional de Cinema Ambiental - FICA, que está em sua décima quarta edição e reúne um grande público para a cidade, sobretudo os mais jovens, atraídos pelas temáticas cinema e meio ambiente.

Diante disso, como procedimento metodológico, dividimos a pesquisa em três etapas, para atingirmos maior diversidade de público que visita a cidade. A primeira etapa ocorreu na Semana Santa de 2012, quando aplicamos 10 mapas mentais. Para cada um deles, também foram aplicados questionários, com o objetivo de fazer um comparativo entre ambos, os resultados dos mapas mentais e os resultados dos questionários. A segunda etapa foi realizada durante o FICA de 2012 e a terceira e última etapa em janeiro de 2013, em um fim de semana em que não havia nenhuma programação especial na agenda da cidade. Estas ações totalizaram uma amostra de 30 mapas mentais, observando que a metade foi aplicada aos visitantes e a outra aos moradores.

Ressaltamos que tal cronograma objetivou fazer uma seleção dos diferentes perfis que visitam a cidade. A hipótese inicial da pesquisa era a de que os turistas que visitam a Cidade de Goiás na Semana Santa seriam mais ligados à religiosidade e, conseqüente e aparentemente, mais atentos ao patrimônio imaterial: crenças e tradições. Presumíamos que fossem diferentes daqueles que visitassem a cidade durante o FICA: pessoas interessadas em cultura e meio ambiente, geralmente atraídas pela diversidade de atrações culturais ofertadas durante o festival, especialmente as atrações musicais de grande destaque. Já na última etapa, esperávamos que o turista presente em um fim de semana sem nenhuma festividade, possivelmente, fosse motivado pelo patrimônio material, pela riqueza do Centro Histórico, pelo Patrimônio Cultural da Humanidade.

Solicitamos a cada entrevistado, primeiramente, que respondesse um formulário com o seguinte enunciado: Represente com imagens o que significa a Cidade de Goiás para você. Ao término do registro da imagem, aplicávamos um questionário referente à temática patrimonial.

A metodologia utilizada para a análise dos mapas mentais foi a de Kozel, isto é, embasada em uma linguagem dialógica em que a reflexão dos signos revele uma construção social e cultural. Para tanto Kozel delinea os seguintes pontos para a análise dos mapas mentais:

1. Interpretação quanto à forma de representação dos elementos da imagem;
2. Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem;
3. Interpretação quanto à especificidade dos ícones:  
Representação dos elementos da paisagem natural  
Representação dos elementos da paisagem construída  
Representação dos elementos móveis  
Representação dos elementos humanos;
4. Apresentação de outros aspectos ou particularidades (KOZEL, 2007, p.133)

Para melhor compreensão do leitor, a *interpretação quanto à forma* é referente à observação das formas de representação utilizadas na imagem como: ícones diversos, letras, mapas, linhas, figuras geométricas e outros. A *interpretação quanto à distribuição* é a observação de como essas formas que constroem a imagem está dispostas na folha: se estão dispostas horizontalmente, isoladas, em perspectivas, etc. A *interpretação quanto à especificidade dos ícones* aborda a natureza dos ícones utilizados: se são elementos da paisagem natural, da paisagem construída, dos elementos móveis e dos elementos humanos. Por fim, a *apresentação de outros aspectos ou particularidades* relaciona os aspectos obtidos

nas etapas anteriores e, juntamente com outras particularidades, promove a codificação das mensagens veiculadas no mapa (KOZEL, 2007).

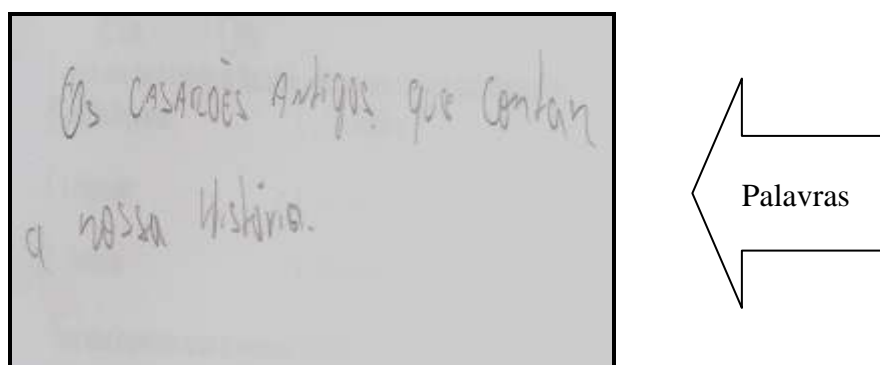
Os resultados obtidos no que tangem à classificação referente à forma podem ser observados na Tabela 01:

**Tabela 1 - Tabulação dos resultados dos mapas mentais: forma de apresentação da imagem**

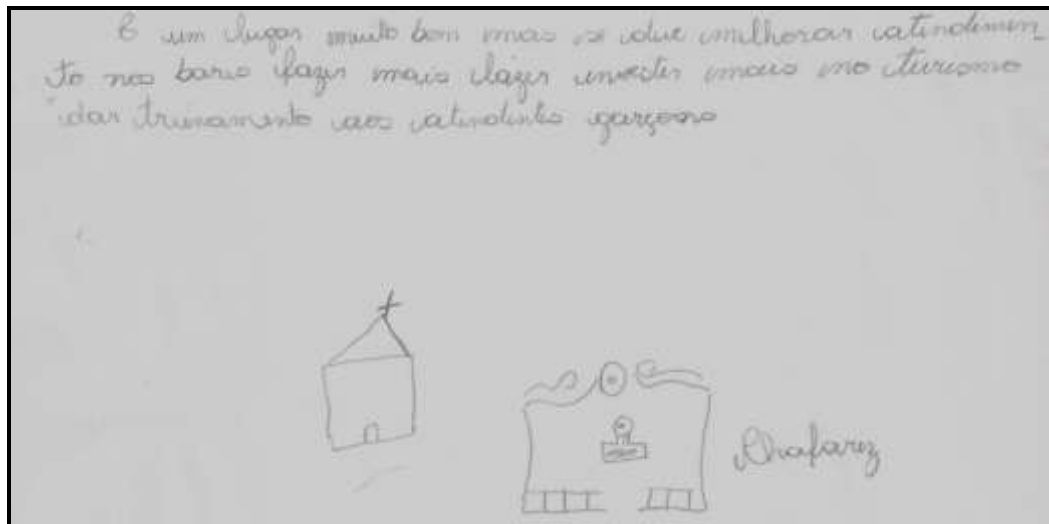
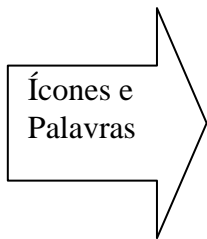
Categorias	Semana Santa		FICA		FDS "normal"		Total
	turista	morador	turista	morador	turista	morador	
Ícones	5	5	5	4	5	5	29
Letras	2	2	2	4			10
Total geral	7	7	7	8	5	5	39

Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor.

Esclarecemos que a classificação aqui utilizada é baseada na tese da professora Kozel (2001). Cabe destacar na tabela acima, que a representação por mapas não foi utilizada por nenhum entrevistado e apenas um não utilizou ícones. A seguir alguns exemplos:



**Figura 5 - Mapa mental do Morador P.G.- 44 anos, Cidade de Goiás, 2012**



**Figura 6** - Mapa mental da Visitante K.A.-33 anos, Cidade de Goiás, 2012

Os mapas mentais anteriores demonstram como a representação pode ser obtida por palavras ou ícones. Ao solicitar que os entrevistados representassem com imagens, muitos deles associaram a representação por ícones e demonstraram certa barreira para desenhar, como foi o caso do morador P.G. da Figura 05. No entanto, ele perguntou se poderia escrever e, mesmo ao se expressar com palavras, ele reproduziu uma imagem mental da cidade. Já na Figura 06, podemos observar que a visitante expôs uma representação por ícones que identificaram o patrimônio material da cidade. Porém, ela também utilizou letras para expor aspectos que seriam mais complicados de serem expressos por ícones. Com essa representação é possível perceber seu “olhar de turista”: ela identificou aspectos que, talvez, o morador não perceba, como a qualidade dos serviços prestados.

Como pesquisador da área geográfica, uma das nossas preocupações iniciais ao adotarmos os mapas mentais era justamente a de captar aspectos intangíveis da dinâmica socioespacial. Este sentimento era reforçado pelo fato de que, ao observarmos outros estudos, verificamos a tendência dos entrevistados de representarem aquilo que era visível. Felizmente, porém, vários mapas demonstraram essa intangibilidade.

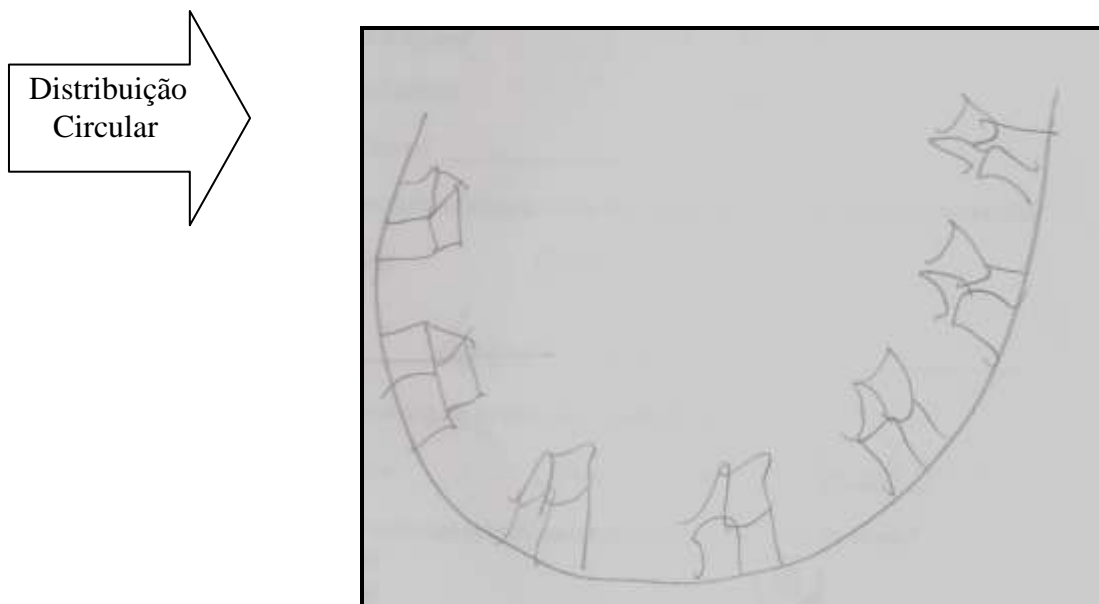
Da análise de distribuição da imagem, obtivemos os seguintes resultados:

**Tabela 2**– Tabulação dos resultados dos mapas mentais: distribuição da imagem

Categorias	Semana Santa		FICA		FDS "normal"		Total
	Turista	Morador	Turista	Morador	Turista	Morador	
Perspectiva	1	1	1		2		5
Horizontal	1	1		2	1	2	7
Circular				1			1
Dispersa	3	2	2		1	2	10
Isolada		1	2	2	1	1	7
Total geral							30

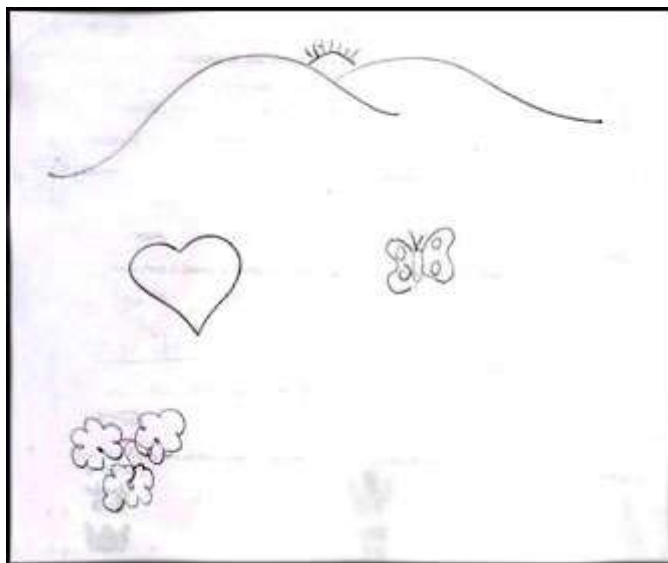
Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

Diante dos dados apresentados na Tabela 02, percebemos uma maior ocorrência na distribuição dispersa. É interessante destacar que não ocorreu a representação por quadros e quadras, talvez pelo próprio desenho urbano da cidade que não apresenta regularidade. Vale lembrar que, mesmo utilizando metodologicamente critérios pré-estabelecidos, como os delineados por Kozel (2007), a interpretação de um mapa conta, também, com a subjetividade do pesquisador. Podemos apreender um exemplo disso com a figura 07 e nossa interpretação: apesar de não ser um círculo, assim consideramos, por destacar o aspecto do relevo da cidade.



**Figura 7-** Mapa mental do Morador M.V.-14 anos, Cidade de Goiás, 2012

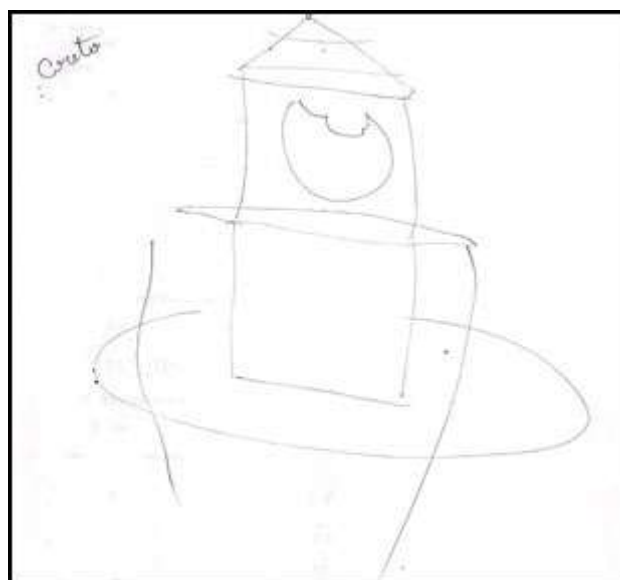
Distribuição  
Dispersa



**Figura 8-** Mapa mental da Moradora C.N.-35 anos, Cidade de Goiás, 2012

Já a figura 08 apresenta imagens dispersas, apesar da utilização de símbolos complementares em que se destacam elementos da paisagem natural. Através dos ícones utilizados, a moradora chamou a atenção para uma paisagem mais bucólica, romantizada, demonstrando uma afetividade pelo lugar em que vive; o que fica evidente com a utilização do coração.

Distribuição  
Isolada



**Figura 09 -** Mapa mental da Moradora A.C.-14 anos, Cidade de Goiás, 2012

O mapa mental da Figura 09 apresenta uma distribuição da imagem isolada. Destaca somente o Coreto, um ícone de grande relevância na estrutura espacial da cidade, localizado

no largo central, onde moradores e turistas se encontram para momentos de lazer. Tal elemento foi bastante lembrado nos mapas mentais, o que pode ser explicado pelas contribuições de Lynch (1999). Este autor afirma que a forma, a cor e a disposição de um objeto facilitam a construção dessas imagens mentais. O conceito de *imaginabilidade* exposto por Lynch é esclarecedor: “aquela qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador” (LYNCH, 1999, p. 20).



Distribuição  
Horizontal

**Figura 10-** Mapa mental da Visitante M.M.-23 anos, Cidade de Goiás, 2012



**Figura 11-** Mapa mental do Visitante B.C.-21 anos, Cidade de Goiás, 2012

As Figuras 10 e 11 apresentam, respectivamente, distribuição de imagem horizontal e distribuição de imagem em perspectiva. Apesar de as duas representarem o patrimônio material, os casarões históricos, percebemos que a disposição das imagens influencia a percepção do mapa, por exemplo, na Figura 10, o destaque é a fachada do casarão, enquanto na Figura 11, é a rua que ganha maior evidência. Apesar da maior complexidade para a representação em perspectiva, os exemplos demonstram como a posição, o recorte visual do observador influencia a percepção da paisagem.

Após a análise dos mapas mentais em relação à forma e distribuição, verificamos, também, os ícones que compuseram a imagem de acordo com sua especificidade. Como dito anteriormente, Kozel (2007) propôs a classificação destes ícones em quatro grupos, que melhor detalhamos abaixo:

- Elementos da paisagem natural - como rios, lagos, sol, nuvens, flores, árvores e outros.
- Elementos da paisagem construída – aqueles ícones relacionados ao contexto urbano construído pelo homem, como: prédios, igreja, barracos, castelos, praças, banco de praças, parques, logradouros, pontes, calçadas, equipamentos esportivos, equipamentos industriais, equipamentos ligados ao transporte, referências culturais tais como museus e universidades.

- Elementos móveis – os ícones que remetem aos meios de transporte: carro, ônibus, bicicleta, avião.
- Elementos humanos - são os ícones que representam os diversos personagens: vendedores, crianças brincando, garçons, pedestres, turistas, pessoas em geral.

**Tabela03 – Tabulação dos resultados dos mapas mentais: Especificações dos ícones**

Categorias	Semana Santa		FICA		FDS "normal"		Total	%
	Turista	Morador	Turista	Morador	Turista	Morador		
<b>Paisagem natural</b>								
Montanhas			1			3	4	6,1
Rios e lagos	1	1	1		1	3	7	10,7
Sol, lua e nuvens	1		2	1	1	3	8	12,3
Flores e jardins						1	1	1,5
Árvores	2		1	1			4	6,1
<b>Paisagem Construída</b>								
Prédios e casas	3	4	3	5	3	2	20	30,8
Ruas, calçadas e pontes	1	2	1	1	2	2	9	13,8
Parques e praças				1	1		2	3,1
Referencial cultural	1	1			1	1	4	6,1
<b>Elementos móveis</b>								
Transporte terrestre	1						1	1,5
<b>Elementos humanos</b>								
Homens/ mulheres/ crianças	1	2			2		5	7,7

Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

Na tabela 03, percebemos que a maior ocorrência é em relação à paisagem construída, sobretudo na especificidade de prédios e casas, algo que era esperado; pois o patrimônio material é o de maior destaque, o mais visível na Cidade de Goiás. Ao contarmos com os estudos de Richter (2010), Kozel (2007), Kozel (2001), Girardi (2000) e Archela (1999), autores que trabalham com mapas mentais, aprendemos que os elementos da paisagem construída são destaques nos mapas mentais, pois, afinal, a cidade é a maior expressão do homem no espaço. Estes estudos foram confirmados por nossa pesquisa.

Destacamos também os elementos da paisagem natural constantes nas representações analisadas, que foram expostas na Tabela 03. A Cidade de Goiás possui grande sinergia com os aspectos naturais como o sol, as montanhas, os rios e as árvores. Lembramos, ainda, que o

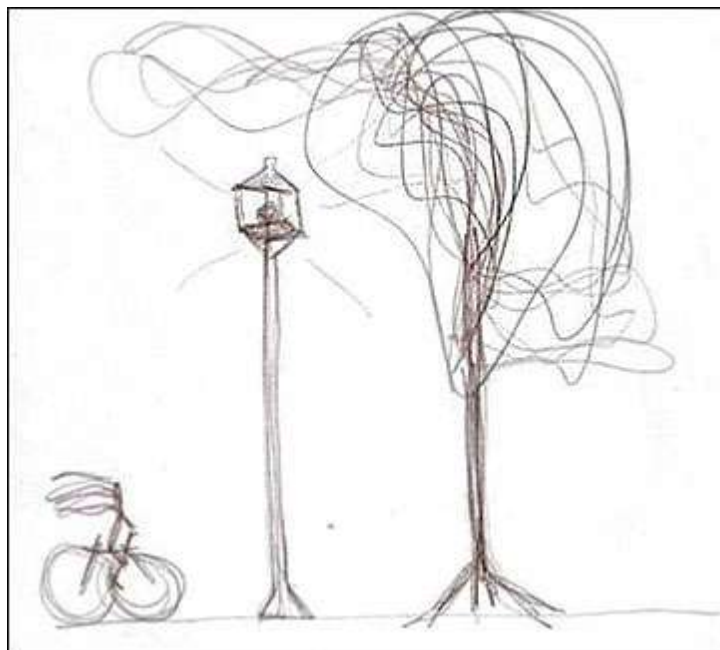
processo de urbanização se iniciou às margens do Rio Vermelho, quando os bandeirantes vieram em busca do ouro. A cidade, localizada em uma região de relevo acidentado, dificulta a expansão urbana e seus morros se tornam o pano de fundo do conjunto de casarios históricos. Se compararmos com outros sítios históricos brasileiros, percebemos que a própria arborização da cidade é diferenciada, em virtude da necessidade de proteção do forte sol do planalto central. Observamos que os elementos móveis e os elementos humanos não apresentaram tantas ocorrências quanto às demais classes de elementos. Tal fato demonstra o significativo peso dos aspectos ambientais para a construção da percepção espacial da paisagem. A seguir, alguns exemplos apresentados nos mapas mentais.



A figura 12 apresenta elementos da paisagem construída e de elemento humano.

**Figura 12-** Mapa mental do Visitante G.S.-25 anos, Cidade de Goiás, 2012

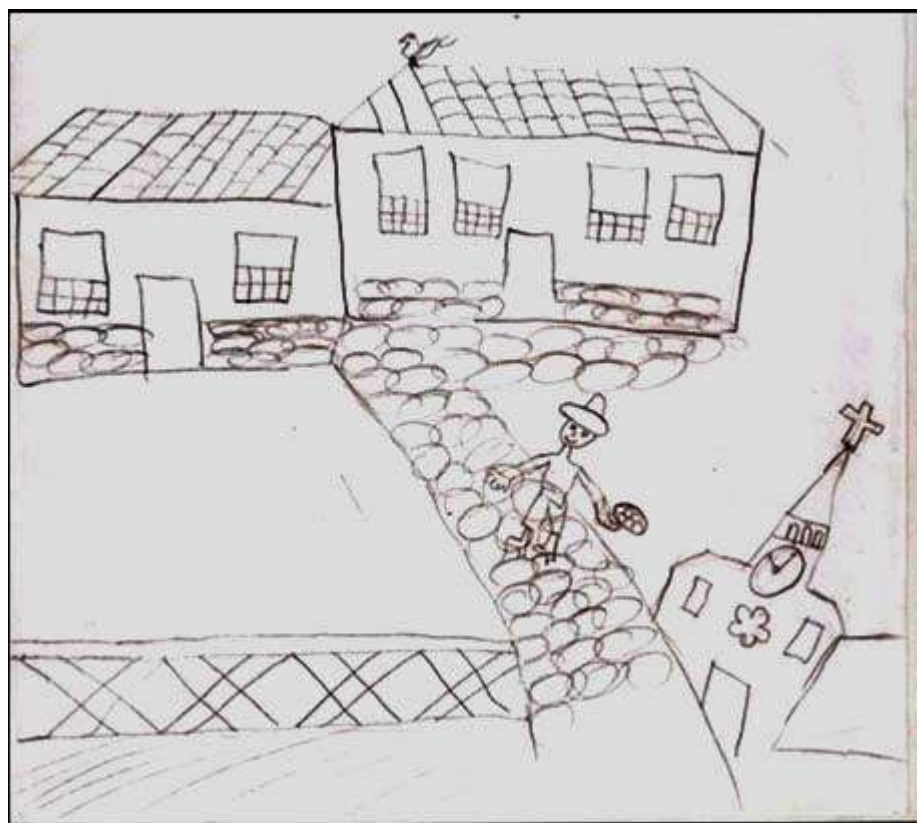
A figura 13 apresenta elementos da paisagem natural e elemento móvel.



**Figura 13-** Mapa mental da Visitante P.S. -21 anos, Cidade de Goiás, 2012

Vale ressaltar, no entanto, que cada cidade possui suas particularidades socioespaciais, o que as diferencia umas das outras. Para evidenciar tais particularidades expressas nos mapas mentais, Kozel (2001) as classifica como *outros aspectos*. Em nossa pesquisa, com o objetivo de analisar o discurso patrimonial na percepção da paisagem Cidade de Goiás, por moradores e por turistas, elencamos outros aspectos necessários para a compreensão da dinâmica espacial. Fizemos, por exemplo, o levantamento dos marcos iconográficos da cidade que se sobressaíram nos mapas mentais. Lynch (1999) os denomina de elementos marcantes, tidos como pontos de referência no espaço. O estudioso ainda afirma que a característica-chave deles é a originalidade, enquanto aspecto memorável ou único num contexto (LYNCH, 1999, p.90).

Geralmente, em um conjunto espacial, esses marcos possuem uma forma e/ou tamanho diferenciados, por isso Lynch (1999, p.91) acredita que o que parece ser o mais importante é justamente “o contraste com as formas do cenário”. São bastante utilizados para indicar um caminho a seguir. Apesar de os mapas mentais não apresentarem rigidez científica na representação espacial, verificamos alguns exemplos que, nitidamente, fazem referência a importantes marcos que constituem a paisagem urbana histórica de Goiás, como verificamos a seguir:



**Figura 14-** Mapa mental da Moradora M. T.-32 anos, Cidade de Goiás, 2012

A Figura 14 apresenta ícones diversos: linhas e figuras geométricas e, em relação à disposição das formas, estão em perspectiva e na horizontal. Os ícones na maioria são elementos da paisagem construída com um elemento humano, demonstrando a vida em meio ao patrimônio material. Todavia, o que vale destacar no exemplo acima é o fato de a moradora não ter representado em seu mapa uma paisagem passível de ser considerada uma “cena mental”, mas uma paisagem imagética, na qual ela reuniu dois marcos da cidade, mesmo sendo impossível agrupá-los em um só campo visual: no caso o Museu das Bandeiras e a Igreja do Rosário.

Chamamos a atenção, ainda, para o fato de que a autora do mapa enfatizou o galo no telhado do Museu, para que não existisse dúvida sobre o determinado prédio que quis retratar; um pequeno detalhe que, talvez, passasse despercebido pelo olhar do turista. Os dois ícones elencados no mapa mental apresentado na Figura 14 se destacam na paisagem da cidade, seja pelo tamanho ou pela arquitetura diferenciada e isso se evidencia na percepção visual daquele que circula pelas paisagens vilaboenses.

As políticas patrimoniais enfatizam o patrimônio material, fato que, conseqüentemente, fortalece a associação de patrimônio ao que é tangível, podendo

influenciar na percepção daquele que observa a paisagem. O próprio resultado da nossa pesquisa apontou que mais da metade dos mapas apresentaram algum ícone da paisagem construída. Outro dado observado nos surpreendeu: ao adotarmos a metodologia de mapas mentais proposta por Kozel (2001), acreditávamos que a representação por meio de desenhos poderia ser um fator favorável à associação patrimônio à tangibilidade por parte do observador. Todavia, encontramos exemplos de diversos ícones que representaram elementos intangíveis como: crenças, religião, gastronomia e, ainda, sentimentos como: alegria, tristeza, afetividade, tranquilidade. Isso nos permite afirmar que a metodologia aplicada foi capaz de capturar elementos intangíveis da paisagem (Figuras 14, 15, 16, 19, 21, 22, 23).

A seguir, apresentamos uma tabela que apresenta tais especificidades:

Tabela 04– Tabulação dos resultados dos mapas mentais: Outros aspectos

Categorias específicas	Semana Santa		FICA		FDS "normal"		Total
	turista	morador	turista	morador	turista	morador	
cruz e/ou igreja	4	4	3		3	2	16
sentimentos (coração, paz, tranquilidade, amor, insatisfação, tristeza)		4	2			2	8
elementos intangíveis (tradições, capacitação, ideia)		3	1	1	1	1	7

Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

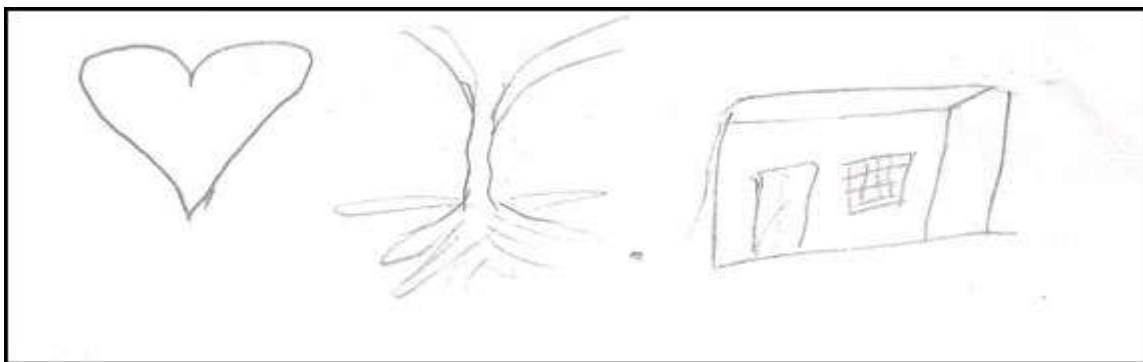
Novamente evidenciamos a subjetividade do pesquisador em analisar os mapas mentais, por mais que estabeleçamos critérios para alcançarmos uma avaliação imparcial. Conforme aponta Tuan (p.6, 1980) “a própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas”. Com o objetivo de destacar a influência da religiosidade na percepção da paisagem da Cidade de Goiás, separamos ícones que remetiam a uma simbologia religiosa, como a cruz e a igreja. Outro fator de destaque foram os mapas mentais relacionados ao estado de espírito e sentimentos invocados na representação da paisagem, por meio de ícones e palavras. Turistas e moradores expressaram, de alguma maneira, suas relações com o espaço. Estas relações ultrapassaram as percepções sensoriais, e se fizeram representadas por elementos intangíveis ao se referirem às tradições, ao sugerirem capacitação profissional, ao darem ideias, ao registrarem a gastronomia, entre outras.

A justificativa para tal categorização se deve ao fato que já explicitamos anteriormente: as representações das paisagens e, até mesmo, a percepção do sujeito estão alicerçadas num contexto histórico-cultural. Para tal discussão, aportamos nos estudos de Tuan que aborda o conceito de *topofilia*, definindo-o assim “é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.” (TUAN,1980, p.107).

Esse autor discute a construção da relação do sujeito com o ambiente físico, com o objetivo de explicar como aspectos da história, da cultura, dos símbolos sociais e da própria natureza influenciam na percepção ambiental do ser humano. No processo de construção do mapa mental, o entrevistado filtra a imagem real e cria uma imagem valorizada. Segundo Kashiwagi (2011):

as informações filtradas recebem a intervenção dos fatores psicológicos, culturais, sociais e econômicos e posteriormente são registradas na memória constituindo a imagem residual que passa a receber uma significação e valor com base no modelo simplificado do real (KASHIWAGI, 2011, p.187).

A seguir, apresentamos alguns modelos de mapas que demonstram a intangibilidade existente na paisagem:



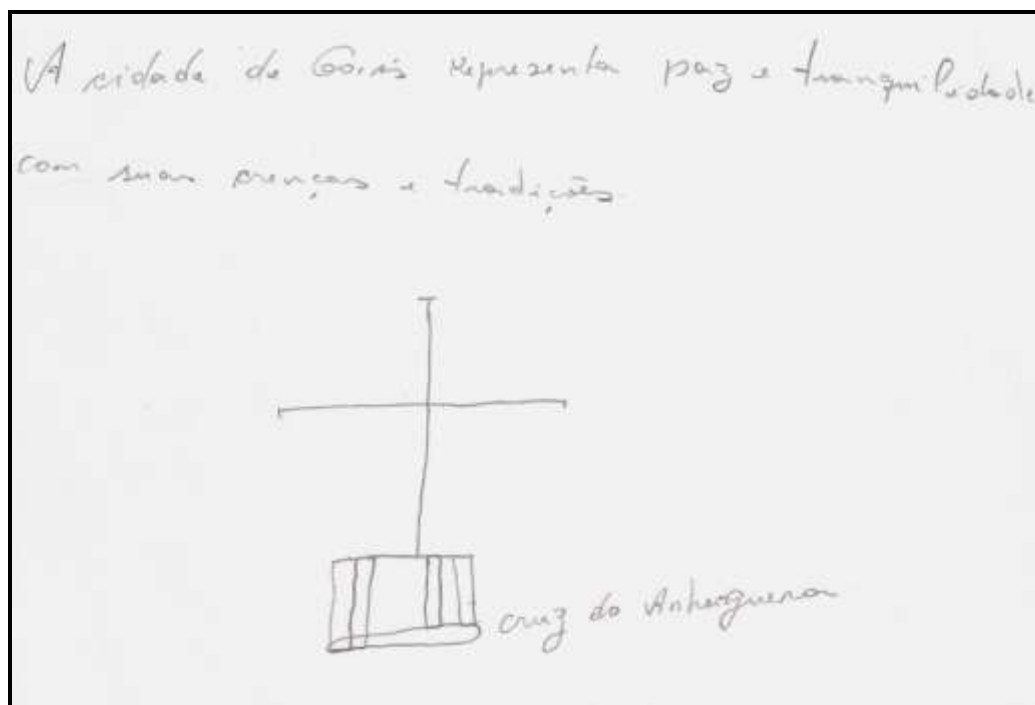
**Figura 15** - Mapa mental da Moradora M. L.- 69 anos, Cidade de Goiás, 2012

O mapa representado pela Figura 15 apresentou ícones gráficos de forma dispersa e elementos da paisagem natural, paisagem construída e elemento humano. Ainda, para análise do mesmo se fez necessário utilizar dados obtidos no discurso da entrevistada, durante a aplicação do mapa mental. A moradora fez questão de explicar as razões da utilização dos ícones de sua representação: o coração representou o amor, o sentimento que ela tem pela

Cidade de Goiás; a árvore, que seria um elemento da paisagem natural, na verdade nessa ocasião, representou um elemento humano, pois, segundo a moradora, o ícone faz referência à raiz, isto é, à tradição do povo vilaboense; e, finalmente, o casarão, que representou o patrimônio material da cidade.

A figura 15 mostrou que a simples análise dos ícones pode não apresentar a intencionalidade do sujeito. Isso evidenciou a importância de aliar aos mapas mentais o discurso da pessoa que o faz, seja por entrevista ou por questionário. Percebemos que os ícones apresentados representaram a construção social do indivíduo, inserido num contexto histórico-cultural que influenciou sua percepção da realidade. Nessa perspectiva, Richter (2010) expõe:

entendemos que o ser humano contemporâneo acaba por ser um resultado histórico que foi iniciado há milhares de anos, fato que modificou suas práticas, suas estruturas orgânicas e possibilitou o desenvolvimento de novos saberes. Sendo assim, para interpretarmos a sociedade de hoje não basta compreender somente o tempo atual/momentâneo, é preciso reconhecer que o processo histórico encontra-se inserido em diversos contextos que explicam e caracterizam o próprio indivíduo. (RICHTER, 2010, p.56).



**Figura 16-** Mapa mental da Morador L.N.,- 40 anos, Cidade de Goiás, 2012.

Na Figura 16, o morador apresentou aspectos bastante simbólicos que demonstram a intangibilidade existente nas paisagens percebidas por moradores de Goiás, apesar de mostrar certa simplicidade, caso levemos em consideração que o mesmo traz somente um ícone. O mapa apontou sentimentos como a paz e a tranquilidade e elementos como tradição e crença. O próprio ícone selecionado, apesar de não ser uma grande expressão arquitetônica, é extremamente representativo; aliás, um dos símbolos mais fortes do cristianismo: a cruz.

Percebemos que, ao analisarmos os dados obtidos nos mapas mentais, os ícones referentes à religiosidade foram os que tiveram maior ocorrência. Dentre os monumentos identificados, a Cruz do Anhanguera foi o mais representado nos mapas. Podemos inferir que isso revela o quanto a religiosidade está presente na construção da paisagem, tanto por moradores quanto por visitantes.

A discussão da espacialidade da religião já é tema corrente dentro da Geografia Humanista. Rosendahl (2012, p.25) nos diz que “é a manifestação material do sagrado no espaço que favorece o desenvolver da religião nos estudos em geografia”. Cidade de Goiás, assim como outras cidades históricas do século XVIII, apresenta forte influência da Igreja Católica em seus traçados urbanos. Tuan (1980) relata que, durante o período Barroco, havia uma tendência de se situar a igreja, o paço municipal e outros prédios públicos no centro, de onde se originavam as ruas.

A arquitetura do conjunto histórico de Goiás não se diverge disso. Percebemos os largos onde se concentram grandes edifícios e igrejas se convergem em tortuosas ruas. Em diversas cidades brasileiras ainda é possível verificar a herança desses projetos de arquitetura barroca, em que as instituições de poder, como igreja e governo, se tornaram referência de “centro” da cidade, firmando a territorialidade inerente ao espaço. Tal estrutura determina também uma territorialidade simbólica, que influencia a construção da identidade cultural do sujeito imerso neste espaço.

A seguir apresentamos mais duas figuras que exemplificam a presente observação:



**Figura 17** - Mapa mental do Morador S.B.,- 33 anos, Cidade de Goiás, 2012.



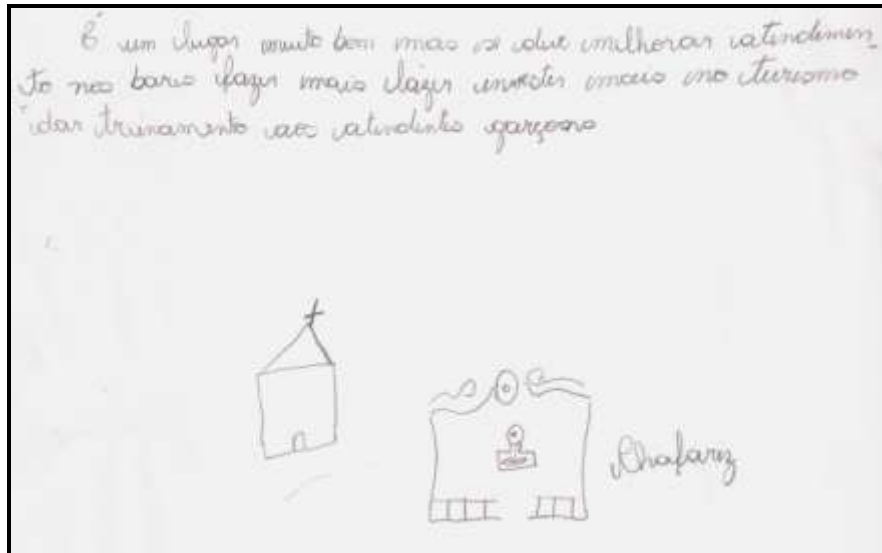
**Figura 18** - Mapa mental do Visitante S.R.. - 18 anos, Cidade de Goiás, 2012.

As Figuras 17 e 18 demonstraram como a espacialidade religiosa também influenciou a percepção da paisagem. Rosendahl (2012) coloca que “os geógrafos focalizam a maneira como os grupos culturais criam paisagens e, por sua vez, têm sua identidade cultural reforçada por essa paisagem.” (ROSENDAHL, 2012, p.29). Assim, a territorialidade religiosa não foi expressa apenas no ambiente físico, mas permeou a dimensão simbólica, reforçando uma determinada identidade cultural.

Outro aspecto presente nos mapas foram os elementos intangíveis referentes a diferentes temas, o que demonstrou a complexidade da construção da paisagem, sob a égide da Geografia Cultural. Ao considerar os aspectos, psicológicos, sociais e culturais do sujeito

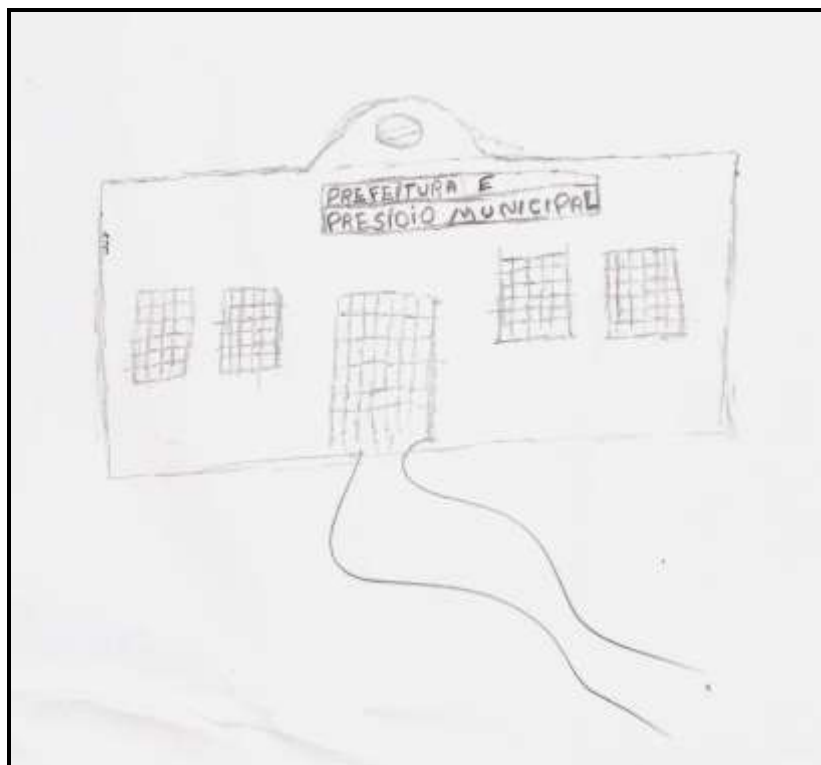
para a construção da percepção ambiental, os mapas mentais tornaram-se importantes instrumentos para a análise da relação homem-espço.

A seguir, mais alguns exemplos das relações intangíveis da paisagem:



**Figura 19** - Mapa mental da Visitante K.S. - 33 anos, Cidade de Goiás, 2012.

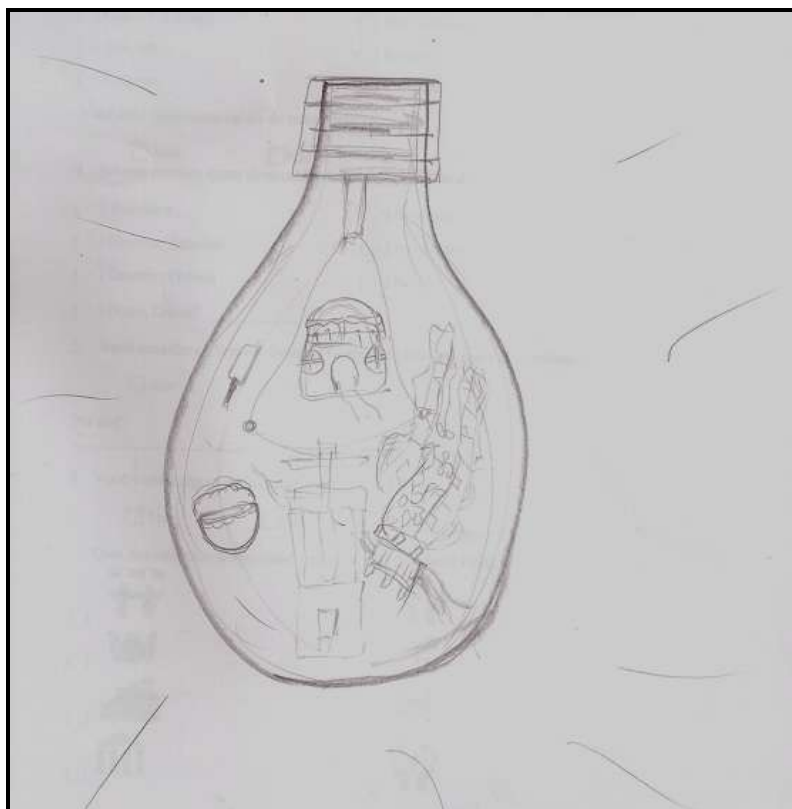
A Figura 19, além de conter ícones que fizeram referência à paisagem construída, também apresentou a insatisfação da turista em relação aos serviços prestados. O mapa mental evidenciou que o turista leva em consideração não apenas os aspectos estéticos da paisagem, mas que também procura usufruir de serviços de qualidade. Essa sua experiência colabora para a sua própria percepção da paisagem.



**Figura 20** - Mapa mental do morador J.F.- 19 anos, Cidade de Goiás, 2012

O mapa mental da Figura 20 apresenta ícones e palavras, dispostos na horizontal, com elementos da paisagem construída. Para a análise deste mapa, tivemos que considerar a fala do morador no momento da entrevista: ao representar um edifício com a denominação de “Prefeitura e Presídio Municipal”, disse ter desejado fazer uma crítica aos gestores públicos da cidade, comparando-os aos ladrões. Tal insatisfação do morador com a administração pública, um elemento intangível, refletiu sua relação com o espaço vivido e afetou sua percepção espacial.

A metodologia de mapas mentais é de grande utilidade para apontar aspectos da subjetividade existente na construção de uma determinada representação espacial, além de permitir que nós, pesquisadores, percebamos que, às vezes, o autor do mapa aproveita o momento do seu registro para expressar insatisfação, fazer alguma denúncia ou dar alguma sugestão, como já vimos em mapas anteriores e no próximo que se segue na Figura 21.



**Figura 21-** Mapa mental da moradora H.N.- 67 anos, Cidade de Goiás, 2012

A autora do mapa fez questão de explicar a sua representação, com o intuito de que seu sentimento de insatisfação fosse levado adiante. A moradora revelou que os gestores públicos precisam “de uma luz”, de “se iluminarem”, de compreenderem que a Cidade de Goiás possui inúmeras riquezas que necessitam ser mais bem administradas. Para isso, como mostra a Figura 21, a entrevistada utilizou diversos ícones que, além de enfatizarem os elementos da paisagem construída, também retrataram o famoso “empadão<sup>7</sup>” e o “alfenim<sup>8</sup>”, ícones da gastronomia vilaboense.

Tal leitura foi possível pela fala da autora, que expressou sua preocupação com o patrimônio material, mas que também enfatizou a importância da gastronomia na cultura da cidade. A moradora H.N. reclamou que, muitas vezes, as autoridades não enxergam o potencial turístico, não valorizam saberes como a fabricação de doces cristalizados e, principalmente, do “alfenim”, o que a faz temer pelo desaparecimento desses conhecimentos típicos da Cidade de Goiás. Ao analisarmos a fala dessa moradora verificamos sua

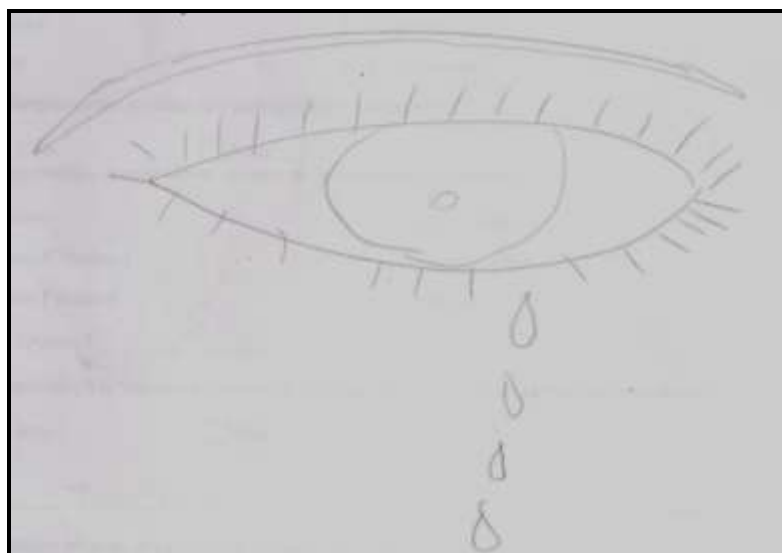
---

<sup>7</sup> Prato típico da gastronomia goiana que utiliza ingredientes como: pequi, lombo de porco, linguiça, queijo fresco, frango, palmito, guariroba e ovo cozido na sua composição. E é feito num formato de “empada gigante”

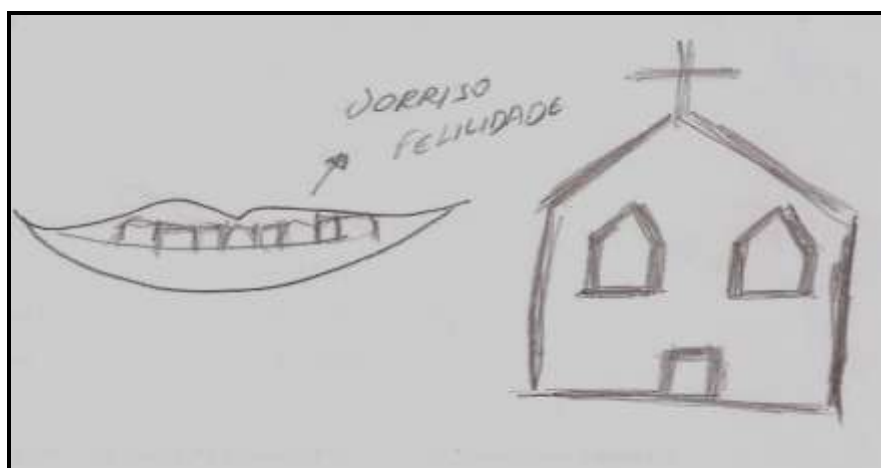
<sup>8</sup> Doce de origem portuguesa feito de açúcar, água, limão, clara em neve e polvilho, que se leva ao ponto enquanto está quente, moldando figuras, como: flores, animais, sapatinho, chave, anjos, ou o que desejar; bastante utilizado em batismos e casamentos.

preocupação com a preservação da cultura da cidade em que reside, sua vontade de divulgar as riquezas existentes em seu patrimônio. Esta entrevistada acredita que o turismo pode sensibilizar os governantes a fazerem uma melhor gestão dos bens patrimoniais. A complexidade deste mapa revela a forte interação da autora com o seu espaço vivido e um olhar que um turista dificilmente teria. Como observadores e estudiosos, defendemos, por isso, a ideia de que é o morador, aquele que vivencia o lugar, que identifica realmente o que é seu patrimônio cultural; daí a importância da comunidade local para a gestão patrimonial de uma cidade.

Em seguida, apresentamos mais dois modelos que expressam sentimentos, para constatar como a subjetividade é presente na percepção ambiental:



**Figura 22-** Mapa mental da moradora A.O. - 35 anos, Cidade de Goiás, 2012



**Figura 23-** Mapa mental da visitante A.P.- 22 anos, Cidade de Goiás, 2012

As Figuras 22 e 23 apresentaram mapas mentais bastantes ilustrativos de como a subjetividade interfere na construção das representações espaciais, principalmente considerando o nível da relação estabelecida entre o sujeito e o espaço. É fato que o turista, ao viajar para um destino motivado pela ideia de lazer, busca quebrar a rotina do seu cotidiano e dela descansar, realizando atividades prazerosas. Entretanto, podem surgir situações que quebram sua expectativa como, por exemplo, a má qualidade dos serviços prestados. Já o morador, de outra forma, estabelece uma relação de lugar com a cidade; ele se identifica com aquele espaço, onde vivencia seu cotidiano. Isso faz com que haja diferença entre as percepções do mesmo espaço, por parte desses sujeitos (morador e turista). A figura 22, por exemplo, apresenta um ícone isolado e que retrata uma relação de tristeza com o lugar. A entrevistada desabafou que se sentia triste pelo fato de as pessoas não valorizarem a Cidade de Goiás, referindo-se aos “políticos”. A representação deste mapa só poderia ser construída por sujeitos que possuem um forte vínculo com o espaço referido, o que dificilmente ocorreria com um turista.

A Figura 23 corrobora com nosso raciocínio já expresso, o de que o turista busca um momento de alegria, de lazer. Apesar de a turista ter representado um elemento da paisagem construída, ela sentiu necessidade de expressar seu sentimento naquele momento, demonstrando que a sua felicidade, manifestada pelo sorriso, fazia parte daquela paisagem percebida.

Apesar de existirem semelhanças na percepção de paisagens entre moradores e turistas, a construção da percepção espacial se diferencia, quando observamos o vínculo do sujeito com o espaço. Almeida (2003) estudou o olhar sobre o sertão: de um lado a visão dos “de fora”, se referindo aos viajantes estrangeiros, que buscavam desvendar o Brasil para a Europa; de outro lado, a perspectiva “dos de dentro”, isto é, o olhar do sertanejo, aquele que experencia o lugar. E diz Almeida: “[a] paisagem que nos expõe um narrador com olhar estrangeiro e descompromissado é distinto daquele outro quadro vivido, carregado de significados ligados a uma história, à produção social e simbólica de seus habitantes.” (ALMEIDA, 2003, p.72).

Em nosso estudo, também foi possível notar a diferença do “olhar” paisagem. Ficou evidente que os elementos que fizeram referência aos sentimentos de descontentamento, revolta ou com as manifestações das crenças e tradições foram mais presentes nos mapas mentais elaborados por moradores. Como corrobora Almeida (2003, p.73), a imagem produzida nas representações “refletem situações da experiência relacional da vida”.

Não se tratam apenas de ícones, desenhos dispersos sobre uma folha de papel; mas de signos, que representam o diálogo do sujeito com sua realidade. A construção sociocultural do entrevistado proporciona diferentes relações com o espaço em que está inserido. Aplicamos os mapas mentais para turistas e moradores visando compararmos se o sujeito externo ao cotidiano da Cidade de Goiás possuía o mesmo olhar daquele que se apropriou da cidade como lugar.

## **CAPÍTULO IV – CONSTRUINDO A PAISAGEM DE GOIÁS**

A construção da Paisagem Cultural é algo complexo; as variáveis são infinitas em virtude de que a percepção do observador é elemento de formatação da mesma. A Cidade de Goiás apresenta certas particularidades a respeito de sua paisagem (ou paisagens). É uma cidade histórica, carregada de intencionalidades, em que a memória é materializada em sua arquitetura colonial e institucionalizada por entidades como a Unesco e o IPHAN. O patrimônio existente revela e referencia o passado no presente, contribuindo para a atual dinâmica paisagística da cidade. Da atividade turística na cidade resulta o visitante que enxerga a paisagem como um forasteiro e reverencia um patrimônio coletivo que não possui, muitas vezes, o mesmo significado para o morador. Enfim, a Paisagem Cultural de Goiás é carregada de símbolos e signos, do passado e do presente, que influenciam a percepção de quem a observa. Mas até quando a paisagem é percebida e até quando ela é parte de um imaginário coletivo? As políticas patrimoniais contribuíram para que o sujeito perceba a paisagem da cidade histórica sob o viés do patrimônio material? Será que o olhar do morador se diferencia da visão do visitante? Existem paisagens em comum entre esses olhares?

Através da interpretação dos mapas mentais e com a análise dos resultados obtidos dos questionários, buscamos levantar um perfil dos moradores e visitantes da cidade de Goiás. E considerando o caráter subjetivo que existe na construção da paisagem, discutimos como a metodologia empregada pode ser utilizada em projetos de estudo e gestão de paisagem.

### **4.1. As paisagens de moradores e de turistas**

Ao traçar os caminhos metodológicos para a presente pesquisa, escolhemos dividir o trabalho de campo em três etapas, com o objetivo de selecionar diferentes perfis de turistas que visitam a Cidade de Goiás em determinadas festividades já consolidadas no calendário local. Como dito anteriormente, nossa hipótese era a de que os turistas que visitam a cidade durante a Semana Santa apresentassem em seus mapas mentais uma perspectiva mais religiosa, com signos relativos a essa área. Por outro lado, nossa hipótese quanto aos turistas do Festival de Cinema Ambiental era a de que apresentassem elementos da paisagem natural em suas representações. Ainda como grupo de controle, presumimos que nos mapas, aplicados/elaborados em um final de semana normal, os elementos da paisagem construída seriam mais correntes.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, tínhamos que a quantidade de mapas mentais aplicados não daria subsídios para afirmar com precisão o perfil de turista em cada evento. Entretanto, existe alguns aspectos notados na pesquisa que vale a pena destacarmos. Um deles sobre a Semana Santa, evento tradicional da cidade, com reconhecimento nacional e que atrai milhares de turistas, especialmente para a Procissão do Fogaréu. Este ícone das festas tradicionais de Goiás se inicia à meia noite da quarta-feira santa (ou das trevas) e consiste em uma encenação que simula a perseguição de Cristo pelos soldados romanos, representados pelos farricocos. “É um cortejo com archotes nas mãos ou tochas de fogo. É um ritual, uma festa tanto para o povo da cidade como para os turistas, uma miscelânea entre o sagrado e profano” (CARNEIRO, 2006, p.56).

A partir da análise dos resultados obtidos com os mapas mentais, percebemos que o patrimônio imaterial, representados pelas festas, ritos, gastronomia, não é evidenciado nem na percepção do morador nem na do turista.

Durante a etapa da Semana Santa, apesar de alguns entrevistados fazerem referência às crenças e tradições da cidade, não observamos nos mapas nenhum ícone que fizesse referência ao evento (Semana Santa). Na mesma etapa, de forma concomitante, aplicamos também um questionário referente à percepção patrimonial, tão logo o entrevistado concluísse a confecção do seu mapa mental. Uma das questões perguntava se o entrevistado considerava a Semana Santa como patrimônio cultural e somente uma pessoa não a considerou como tal. Entretanto, nos mapas mentais tivemos somente uma referência à festividade religiosa, por parte de um turista, na terceira etapa da pesquisa (fim de semana comum), apesar de o ícone do farricoco estar muito presente nos souvenirs das lojas de artesanato e nas estampas de camisetas comercializados.

A “falta” do patrimônio imaterial na percepção da paisagem do sujeito pode ser justificada, primeiramente, pela expressão do próprio patrimônio material, que fica evidenciado na forma da paisagem da cidade, mas também pode ser reflexo de uma política patrimonial voltada para a valorização exacerbada do patrimônio de “pedra e cal”, durante muitos anos; ou seja, o patrimônio edificado, evidenciado nas diretrizes universais da Unesco. A este respeito, Costa e Scarlato (2012) propõem um ensaio para a discussão de uma Geografia do Patrimônio Mundial, resultante de um apoderamento territorial dos países capitalistas avançados. Discutem o processo de como as políticas universais promovem a mercantilização do patrimônio e ainda apontam a desproporcionalidade existente na Lista dos Bens Patrimoniais da Unesco. Os autores denunciam a supremacia da quantidade de bens

inscritos que têm localização na Europa e na América do Norte, em detrimentos do número de inscritos localizados em outros continentes e questionam o processo de patrimonialização global como uma ocidentalização do mundo. Em seus estudos, também ressaltam que “o patrimônio material da humanidade não se faz sem o patrimônio espiritual de grupos e indivíduos” (COSTA e SCARLATO, 2011, p.134).

Cosgrove (2004) discute as paisagens da cultura dominante, em que um grupo ou classe estabelece uma relação de dominação a outros/outras, por meio do controle dos meios de vida como: pela terra, pelo capital, pelas matérias-primas e pela força de trabalho. Segundo ele, esse grupo hegemônico, para se manter no poder, “projeta e comunica por vários meios e níveis uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência e ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um. Este é o significado de ideologia” (COSGROVE, 2003, p.111).

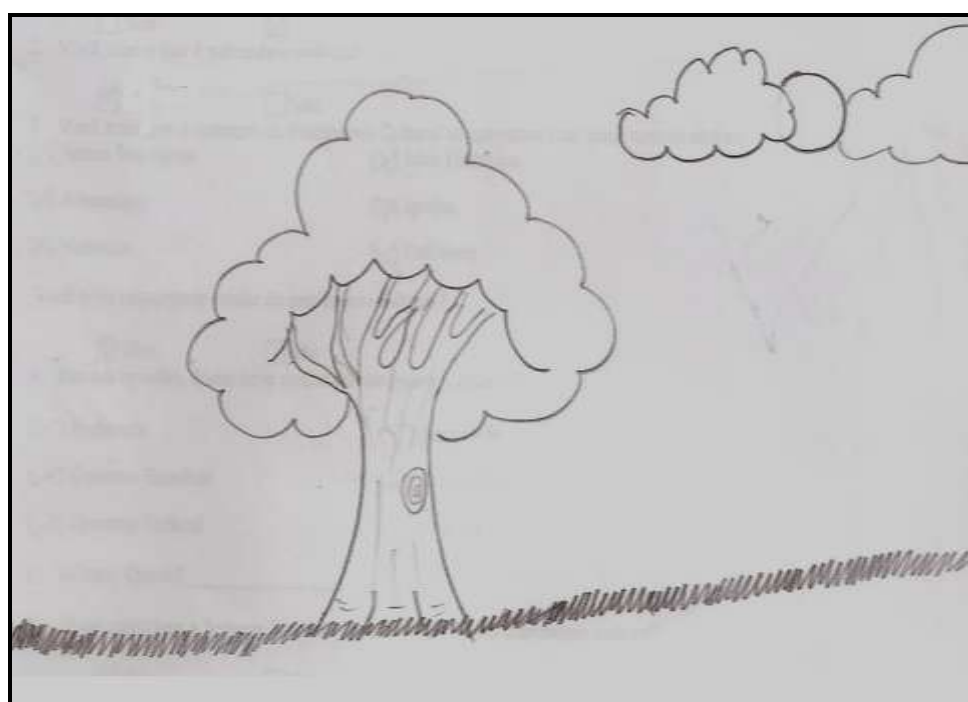
Nesta perspectiva, destacamos um aspecto da paisagem vilaboense que, muitas vezes, é renegado pelas ações governamentais, que é o patrimônio natural. Oliveira (2007, p.25) aponta que a construção deste conceito é: “calcada historicamente no reconhecimento da importância das áreas naturais, no tocante a esses três aspectos (estético, ecológico e científico), que ganham uma valorização em termos de sua apreciação social” (OLIVEIRA 2007, p.25).

Apesar de ser o sítio histórico destaque nas ações promocionais de Goiás, durante a pesquisa verificamos que o patrimônio natural também constrói as representações acerca da cidade, principalmente entre aqueles turistas que visitam a cidade durante o FICA, por se tratar de um evento ligado a temática ambiental, supúnhamos que atrairia um público mais sensível à percepção dos elementos naturais que compõem a paisagem da Cidade de Goiás.

A seguir destacamos dois mapas que obtivemos nesta fase da pesquisa:



**Figura 24-** Mapa mental do visitante J.R.- 18 anos, Cidade de Goiás, 2012



**Figura 25-** Mapa mental da Visitante J.S.- 28 anos, Cidade de Goiás, 2012

As figuras 24 e 25 demonstram que a representação espacial dos turistas que visitam Goiás, vai além do patrimônio material. Assim, evidenciamos a urgência de quebra da visão

separatista construída até hoje pelas ações patrimoniais, como patrimônio material e imaterial, cultural e natural. A referência do que seja patrimônio é um processo seletivo dos aspectos culturais vivenciados em um tempo passado e que repassamos para futuras gerações. Ao adotar a categoria paisagem, como vem ocorrendo nos últimos anos, contemplamos um conceito mais abrangente do conceito de patrimônio. Em relação aos aspectos culturais da paisagem que caminham para um significado patrimonial, Machado (2007, p.139) expõe:

a paisagem constitui um documento chave para se compreender as culturas, o único que frequentemente subsiste para as sociedades do passado. Interpretar uma paisagem cultural é falar dos homens que a modelaram e que habitam hoje, bem daqueles que a precederam; é informar sobre as necessidades e os sonhos de hoje e do passado, pensando no futuro. (MACHADO, 2007, p.139).

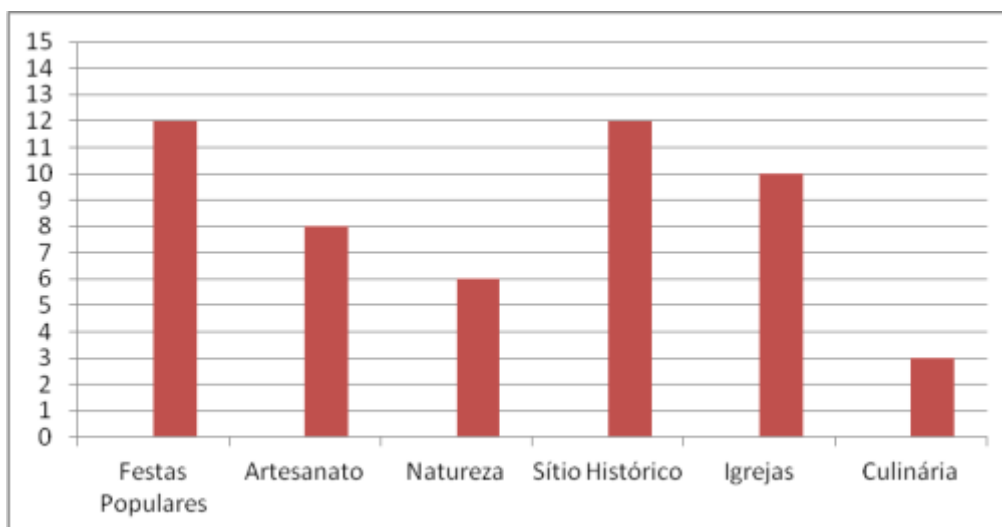
Uma percepção patrimonial através de uma perspectiva paisagística é de grande valia, uma vez que aponta a relação do sujeito com o ambiente no qual está inserido, “é o conjunto de bens materiais, hábitos, usos, costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem as sociedades” (ALMEIDA, 2007, p.151). E na relação do turista com a paisagem a autora delinea:

não basta apenas a estrutura da paisagem para determinar a lisibilidade. A ela se acresce a experiência cognitiva do observador, a qualidade visual, as combinações que dão originalidade ao itinerário, ao lugar. O visível-lisível é um produto da identidade do lugar e do imaginário de quem o inventa e quem o consome. É sobretudo, pelo olhar que a cidade é apreendida. E, conforme já foi dito, cada cidade fala à sua maneira. (ALMEIDA, 2007, p.152).

Por Goiás ser uma cidade tida como patrimônio da humanidade, tombada pela Unesco, julgamos relevante verificar a percepção daqueles que a visitam, assim como conferir se existe uma noção de pertencimento por parte do morador local. Após a interpretação dos mapas mentais, cabe analisarmos os resultados obtidos pelos questionários aplicados. Vale destacar que em tal instrumento de pesquisa não utilizamos o termo paisagem nos quesitos, uma vez que a imagem mental do termo no senso comum, muitas vezes, remete apenas a aspectos naturais. Utilizamos o termo patrimônio, uma vez que compreendemos existir uma institucionalização dos conceitos da própria paisagem como patrimônio cultural.

Ao questionarmos sobre quais termos o conceito de patrimônio cultural mais se aproxima, obtivemos dos moradores as respostas indicadas no Gráfico 2:

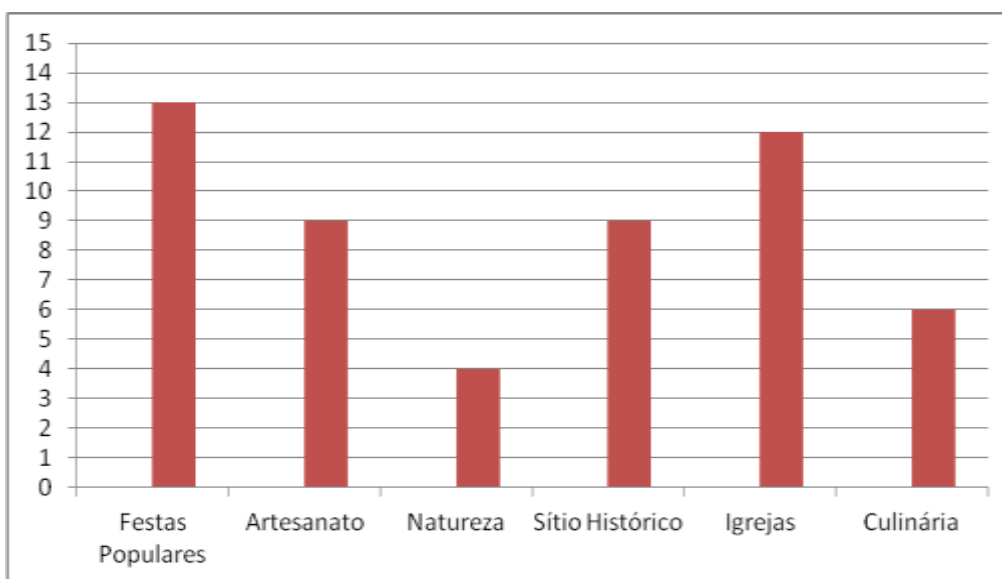
**Gráfico 02-** Termos relacionados ao Patrimônio Cultural – Moradores



Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

Os resultados referentes aos turistas são apresentados no Gráfico 3.

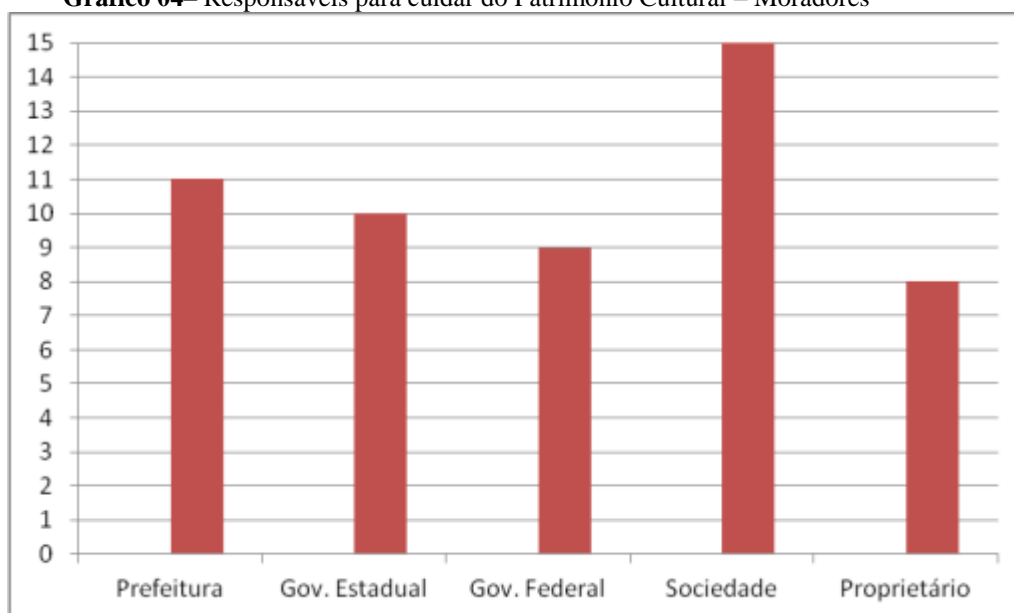
**Gráfico 03-** Termos relacionados ao Patrimônio Cultural – Turistas



Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

Comparamos as respostas dos grupos (moradores e turistas) e percebemos uma aproximação maior ao conceito de patrimônio por parte dos primeiros, uma vez que associaram os diversos termos apresentados ao conceito de patrimônio cultural com maior frequência que os turistas. A ideia de pertencimento ao patrimônio se confirmou nas respostas dadas sobre de quem deveria ser a responsabilidade de cuidar do patrimônio cultural.

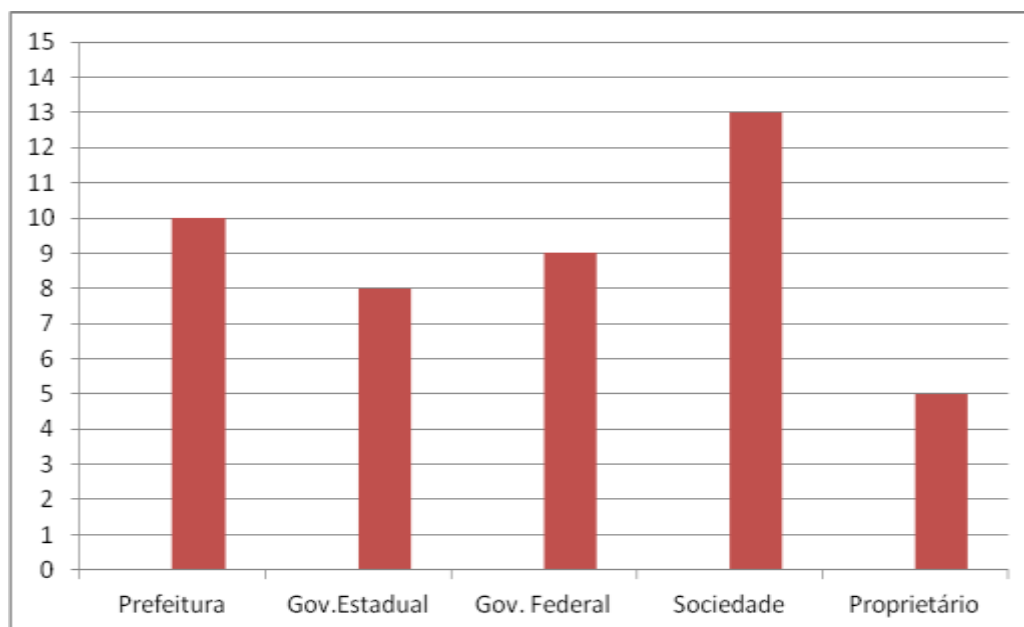
**Gráfico 04**– Responsáveis para cuidar do Patrimônio Cultural – Moradores



Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

O mesmo foi perguntado aos turistas. Observemos o Gráfico 5:

**Gráfico05**- Responsáveis para cuidar do Patrimônio Cultural – Turistas

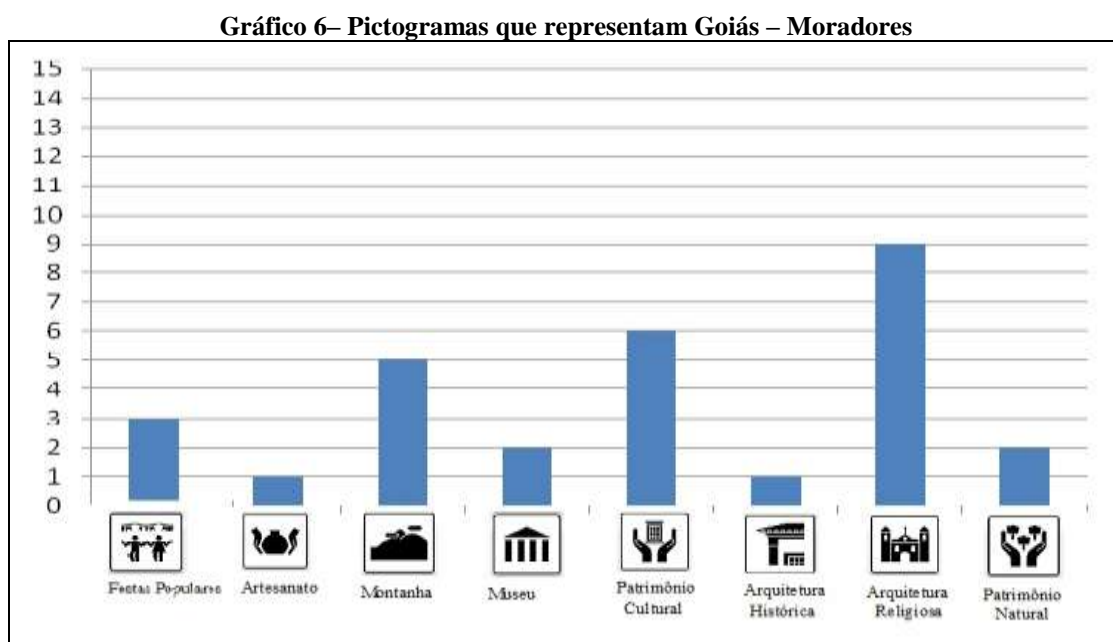


Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

Os dados revelam que quase todos moradores entrevistados acham que a sociedade é a responsável por cuidar do patrimônio cultural, além de colocarem a instância municipal em

segunda colocação, demonstrando que o tema deve ser abordado localmente e que a gestão deve fazer parte do local.

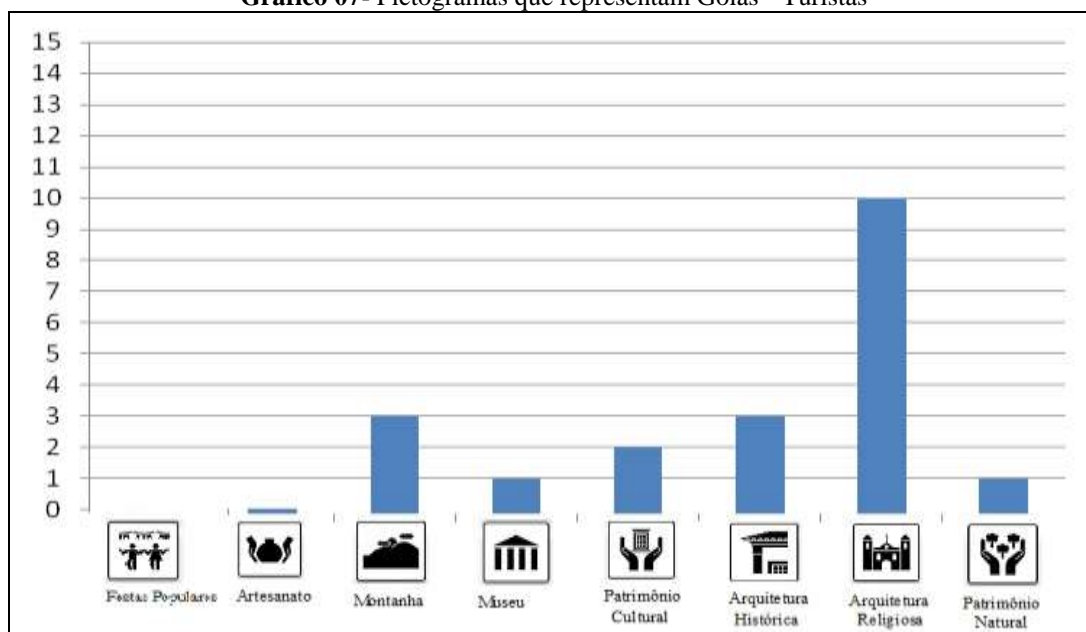
Apesar das respostas a esta pergunta demonstrarem de certa maneira a percepção patrimonial dos dois grupos, a análise de um processo cognitivo é algo mais complexo e, por isso, outras ferramentas são necessárias para observarmos a subjetividade existente na percepção de moradores e turistas. Com o objetivo de compreender a visão do indivíduo utilizamos da simbologia oficial da sinalização turística, já que a percepção visual é aquela que mais se evidencia na percepção do turista, conforme aponta Oliveira (2007). Assim, foram apresentados pictogramas aos entrevistados e questionado qual deles mais representaria a Cidade de Goiás. As respostas obtidas dos moradores de Goiás foram:



Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

Os turistas responderam de acordo com o gráfico seguinte:

**Gráfico 07-** Pictogramas que representam Goiás - Turistas



Fonte: pesquisa de campo (2012/2013). Organizado pelo autor

Diante dos resultados, pudemos confirmar que a percepção do morador sobre o patrimônio é mais abrangente que a do turista. Outras questões em relação à percepção visual também se tornaram visíveis: a) o ícone que indica a arquitetura religiosa foi o mais apontado pelos dois grupos e b) os moradores apontaram só uma vez para o ícone que indica a arquitetura histórica.

Nossa escolha metodológica por aplicar os instrumentos de pesquisa (mapas mentais e questionários) durante a Semana Santa teve também como objetivo verificar a percepção do patrimônio imaterial pelos dois grupos, isto é, tanto pelo turista quanto pelo morador.

Os resultados da análise mostraram uma quase inexistência de ícones que fazem referência à festa tradicional. Algo que pode ser justificado, primeiramente, pela expressão do próprio patrimônio material, que fica evidenciado na forma da paisagem da cidade; e, também, pode ser o reflexo da política patrimonial voltada à valorização exacerbada do patrimônio de “pedra e cal” ao longo de muitos anos. Este foi um fato interessante, pois ao analisarmos a percepção dos pictogramas pelos moradores, estes indicaram o pictograma festas populares, como uma representação da cidade. Por outro lado, o fator humano não deixou de ser evidenciado nos mapas mentais, demonstrando a existência de um cotidiano na arquitetura imponente da cidade, percebido tanto pelo morador quanto pelo turista.

A análise dos resultados obtidos, tanto dos mapas mentais quanto dos questionários, demonstra uma maior evidência do patrimônio material de Goiás, porém as expressões do

patrimônio natural, do imaterial também são reconhecidas nas representações obtidas. Diante desta complexidade, é relevante a construção de uma política de gestão dessas paisagens, para que se possa existir uma preservação de acordo com a identidade local.

#### **4.2. Gestão da paisagem cultural em Goiás**

Nossa pesquisa parece ter deixado claro, que existe uma complexidade para definirmos uma Paisagem Cultural, afinal as experiências individuais e coletivas proporcionam diferentes percepções de paisagens. Outro aspecto, por nós, evidenciado como agravante foi o de que as políticas públicas relativas à preservação patrimonial, embora tenham sofrido evoluções, por muito tempo só tomaram por objeto de preservação o patrimônio material, o tangível. Tal fato promoveu no senso comum a ideia quase indissociável de que patrimônio se tratava somente de bens edificados. Esse processo, que não deixou de ser uma escolha, favoreceu que a história brasileira evidenciasse a cultura europeia, em detrimento de outras matrizes étnicas de nossa sociedade, mesmo com referência ao patrimônio natural. Somente no início dos anos 2000, surgiu o registro do patrimônio imaterial elaborado pelo IPHAN, pelo qual saberes, festas populares, música e outros passaram a ser valorizados por uma política pública. Apesar de essa ação ser um avanço, a dicotomia entre patrimônio material e imaterial, natural e cultural revela uma visão fragmentada da complexa relação existente entre o homem, o espaço e o tempo.

Atualmente, a questão abordada na construção das políticas patrimoniais é a utilização do conceito de paisagem. Tal categoria, originada na geografia e amplamente discutida por diversas escolas, apresenta-se como um conceito capaz de extinguir a análise separatista, até pouco existente. A adoção da chancela de Paisagem Cultural, por parte das instituições patrimoniais como a Unesco, em 1992, e mais recentemente pelo IPHAN, em 2009, indica uma quebra de paradigmas na preservação patrimonial de centros históricos, conforme corrobora Castriota (2009):

esse conceito parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às ideias tradicionais do campo da preservação, podendo servir para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial. (CASTRIOTA, 2009, p.11).

A compreensão dos órgãos governamentais a respeito da importância da utilização do conceito de Paisagem Cultural para a análise dos patrimônios da humanidade faz com que as formas de preservação e gestão destes ambientes sejam renovadas. O caráter integralista permite que se desenvolva um planejamento mais efetivo, quando se consideram as relações entre os patrimônios natural e cultural, material e imaterial, uma vez que a “paisagem constitui tema central para a compreensão dos diferentes aspectos da organização do espaço” (XAVIER, 2007, p.37).

Foi sob essa perspectiva que buscamos compreender como um olhar paisagístico pode favorecer o planejamento turístico da Cidade de Goiás, respeitando sua riqueza patrimonial e sua diversidade paisagística presente em seu território. Para nos auxiliar, buscamos suporte em Xavier (2007):

por considerar a paisagem de maneira abrangente, incluindo componentes naturais e construídos, visíveis e não-visíveis e as relações que se estabelecem entre os diversos componentes, pode-se acrescentar que a paisagem é a matéria-prima do turismo em determinado lugar. Na paisagem, os participantes do turismo se deslocam, valorizam seus produtos, modificam seus componentes e atribuem-lhes valores econômicos, sociais, afetivos ou simbólicos. (XAVIER, 2007, p.36).

É extremamente desafiante desenvolver o turismo em uma localidade sem ocasionar impactos negativos, e se potencializa quando se trata de lugares que possuem paisagens fragilizadas, como os ambientes naturais ou as cidades históricas. Não é fácil manter o patrimônio diante do dinamismo socioespacial característico da atividade turística. Contudo, uma gestão focada na paisagem, permite uma melhor avaliação dos impactos gerados, visto que a característica da paisagem é o resultado da ação e interação de fatores naturais e humanos. Focado em preservar o patrimônio cultural de uma localidade, embasado nos estudos de paisagem, Cancela d’Abreu et al (2011, p. 18) corrobora:

o conceito de protecção inclui a ideia de que a paisagem está sujeita a alteração que, dentro de certos limites, têm de ser aceites. As medidas de protecção, que têm sido correntemente e largamente ensaiadas, não devem ser concebidas para “parar o tempo” ou para restaurar características naturais ou resultantes da acção humana que já não existem; no entanto elas podem orientar mudanças no sentido de transmitir às futuras gerações as suas características específicas, materiais e imateriais. As características de uma paisagem dependem de factores económicos, sociais, ecológicos, culturais e históricos, frequentemente com origem exterior aos locais em causa. A protecção da paisagem deve encontrar as vias e meios da actuação, ao nível apropriado, não só sobre as características presentes nos locais mas também sobre aqueles factores externos.( CANCELA D’ABREU et al 2011, p. 18).

Torna-se de suma importância o incentivo ao estudo da paisagem pelas instituições que são responsáveis pela manutenção de sítios históricos, como a Cidade de Goiás. O estudo da paisagem permite um melhor planejamento turístico, uma vez que identifica as principais características do território e os valores paisagísticos de determinada sociedade. Ele auxilia na orientação do desenvolvimento turístico, de maneira a preservar as paisagens características e a identidade de cada lugar; além de propiciar a definição de critérios para um zoneamento do solo com a promoção de uma expansão urbana sustentável.

O fomento de políticas públicas baseadas em um estudo de paisagem ainda é raro em nosso país. É evidente que existem políticas que interferem diretamente na construção das paisagens, como: leis de uso dos solos, planos diretores municipais, leis relacionadas à preservação ambiental e o próprio tombamento histórico, dentre outros. Todavia, não encontramos uma metodologia oficial que esteja focada na utilização do estudo da paisagem para o fomento de uma política de paisagem e, por isso, adotamos como referência o Guia Metodológico de Estudo de Paisagem de Valencia, Espanha, proposto por Criado et al(2012), que, por sua vez, está embasado na Convenção Europeia da Paisagem.

O estudo de gestão de paisagem na geografia brasileira geralmente foca as paisagens naturais, em que as unidades da paisagem são estabelecidas por variáveis físicas com bases geológicas, geomorfológicas, fitofisionômicas e outros. De maneira diferente, no documento europeu, observamos a abordagem humana, sobretudo destacada na própria definição de paisagem ao abordar a interação dos fatores naturais e culturais, além de trabalhar com a percepção das populações. Na definição de proteção da paisagem, o documento aponta o valor patrimonial de uma paisagem como resultante de uma configuração do natural e/ou humano e ainda delinea medidas para que os Estados signatários possam construir uma política de paisagem em seus territórios.

Como medidas gerais a convenção orienta:

- a) Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;
  - b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a protecção, gestão e ordenamento da paisagem através da adopção das medidas específicas estabelecidas no Artigo 6º;
  - c) Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e autoridades regionais, e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem mencionadas na alínea *b)* anterior;
  - d) Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacto directo ou indirecto na paisagem.
- (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000).

Mais uma vez, destacamos a relação intrínseca entre paisagem e patrimônio, quando a convenção orienta os países a reconhecerem a paisagem como uma expressão da diversidade do patrimônio cultural e natural, além de base de uma identidade. O documento também orienta a adoção de medidas específicas, que as partes devem cumprir como: promover ações de sensibilização da sociedade civil, governantes e entidades privadas para o valor da paisagem e suas transformações; formar especialistas na área e criação de cursos que aborde os valores ligados à paisagem; identificar e avaliar as paisagens do seu território, dentre outras ações.

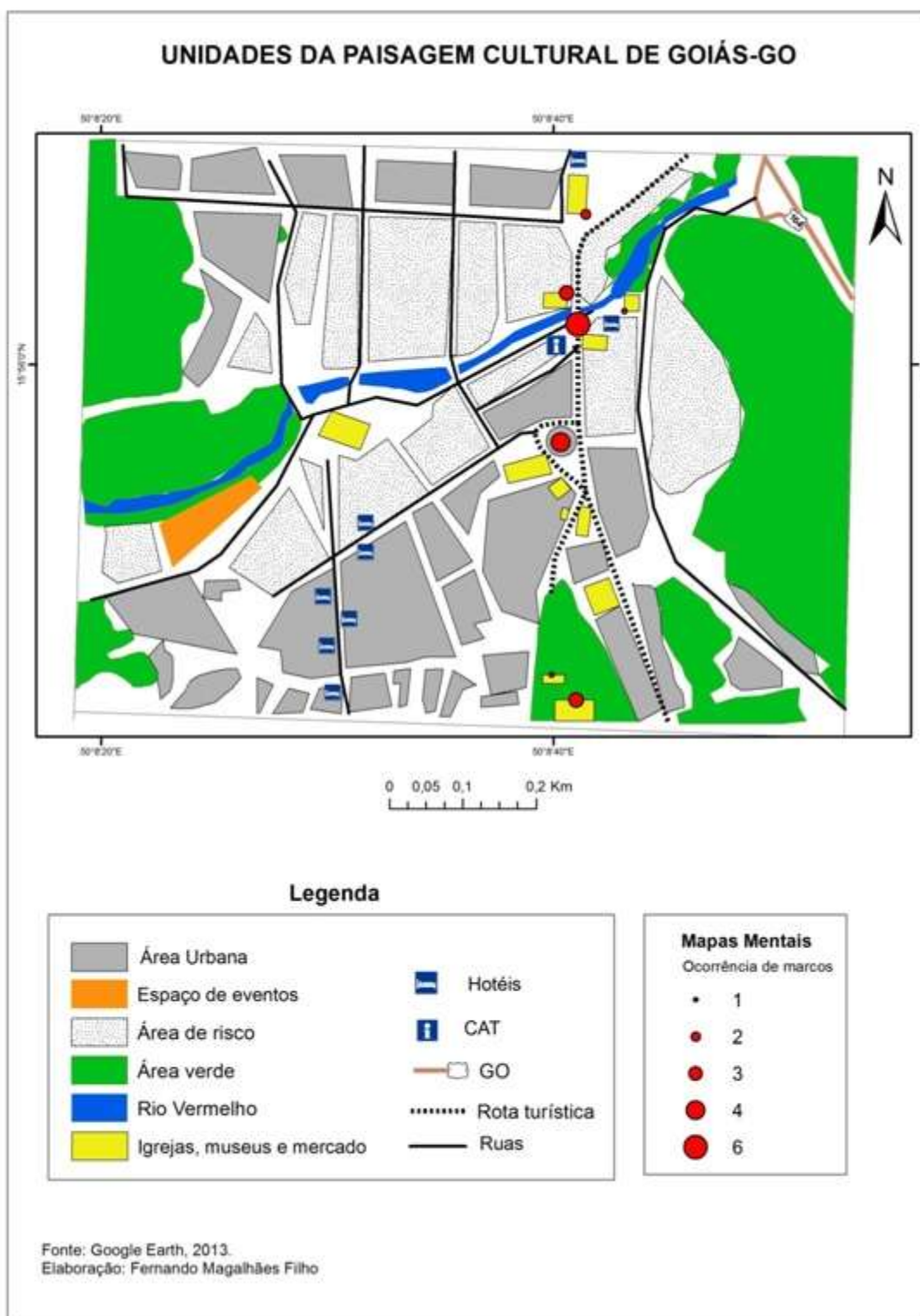
Criado et al (2012) diz, em sua proposta metodológica, que para o estudo da paisagem é necessário: a participação pública na paisagem; a informação do território; a caracterização; a análise visual e a valorização da paisagem; o estabelecimento dos objetivos da qualidade paisagística e a proposição de medidas e ações de qualidade paisagística. Lembramos que o guia elaborado pela autora apresenta grande complexidade, e serve de subsídio para o planejamento e o fomento de políticas de qualquer natureza: ambiental, cultural, social, agrícola, urbana e outras.

Como nosso objetivo foi o de elencar como a gestão da paisagem pode auxiliar em um planejamento turístico para a Cidade de Goiás, demos destaque somente aos critérios mais afins.

Uma das principais características da metodologia e também do documento da convenção é a abordagem de elementos materiais e imateriais contidos na paisagem. Isto é uma importante variável, que subsidia toda a proposta metodológica. A seguinte citação, presente no guia, evidencia tal ponto de vista:

El paisaje, es a la vez, una realidad física y la representación que culturalmente nos hacemos de ella; a la fisonomía externa y visible de una determinada porción de la superficie terrestre y la percepción individual y social que genera. Un tangible geográfico y su interpretación intangible. Es al mismo tiempo, significativo y significado, el continente y el contenido, la realidad y la ficción (CRIADO et al, 2012, p.13).

Nesta perspectiva, e ainda lembrando que, o critério de levantamento de informação do território é imprescindível para qualquer estudo ou planejamento, propusemo-nos a analisar a Paisagem Cultural de Goiás, evidenciando aspectos culturais, bem como a percepção espacial de moradores e turistas, através dos resultados obtidos pelos mapas mentais, conforme expomos na figura a seguir:



**Figura 26 - Unidades da Paisagem Cultural da Cidade de Goiás.**

O mapa da Figura 26 foi produzido com o intuito de contribuir para uma possível gestão da paisagem da cidade de Goiás. Delimitamos como recorte espacial a área onde aplicamos a pesquisa com os mapas mentais. Através do *software ArcGis*, editamos uma

imagem capturada do *Google Earth* e elencamos algumas unidades de paisagem. Em relação aos aspectos físicos separamos: as vias de acesso, vegetação, rio e edificações; destacamos também uma unidade como área de risco, pois periodicamente, com a cheia do rio pode afetar o patrimônio material. Também destacamos aspectos funcionais da paisagem, aquelas edificações que são apropriadas pela atividade turística: igreja, museus, o mercado da cidade, espaço de eventos, CAT e meios de hospedagem localizados no centro histórico. Também destacamos uma ‘rota turística’, onde se localiza os principais atrativos da cidade e geralmente é o recorte espacial usufruído pelo turista.

Com o propósito de destacar a caráter subjetivo da paisagem cultural de Goiás, tomamos como referência o conceito de “Marcos” proposto por Lynch (1999) e fizemos um levantamento dos principais marcos representados nos mapas mentais aplicados durante a nossa pesquisa. No universo dos trinta mapas mentais aplicados, conseguimos identificar a representação de sete marcos da paisagem construída. Seguindo a rota turística do sul em direção ao norte da Figura 26, temos os seguintes marcos representados:



**Figura 27: Marco 01 – Museu da Bandeira. (Fernando Magalhães Filho, 2012)**



**Figura 28:** Marco 02 – Chafariz de cauda. (Fernando Magalhães Filho, 2012)



**Figura 29:** Marco 03 – Coreto central. (Fernando Magalhães Filho, 2012)



**Figura 30:** Marco 04 – Cruz do Ananguera.. (Fernando Magalhães Filho, 2013)



**Figura 31:** Marco 05 – Prefeitura Municipal. (Fernando Magalhães Filho, 2012)



**Figura 32:** Marco 06 – Casa de Cora Coralina. (Fernando Magalhães Filho, 2013)



**Figura 33:** Marco 07 – Igreja do Rosário. (Fernando Magalhães Filho, 2013)

Ao analisar os mapas mentais encontramos vinte ocorrências de representações dos marcos espaciais, considerando que um mapa poderia apresentar mais de um ícone. Sendo a seguinte distribuição:

- 6 ocorrências da Cruz do Anhanguera,
- 4 ocorrências do Coreto,
- 3 ocorrências do Museu da Bandeira,
- 3 ocorrências da Casa de Cora Coralina,
- 2 ocorrências da Igreja do Rosário,
- 1 ocorrência do prédio da Prefeitura,
- 1 ocorrência do Chafariz de cauda.

Com o levantamento desses dados, percebemos nitidamente um eixo no centro histórico onde concentra os principais marcos da cidade, de acordo com a percepção de moradores e turistas. Vale destacar também, a referência à Cruz do Anhanguera e ao Coreto nas representações espaciais, apesar de serem monumentos simples, são simbolicamente fortes no imaginário coletivo.

Não temos aqui o objetivo de delinear um planejamento turístico para o centro histórico de Goiás, mas apenas abrir uma discussão para uma política patrimonial mais participativa para que se possam minimizar os efeitos negativos da atividade turística. O turismo como uma das principais atividades econômicas na atualidade, é a mais forte expressão do capital nas cidades patrimoniais. A crescente demanda pela inscrição de bens culturais, seja na instância nacional, ou internacional, demonstra não só um interesse de preservação de uma expressão cultural, mas também de uma possível atratividade turística. Em relação ao nosso país, Almeida (2002, p.198) aponta: “no caso do Brasil as políticas públicas implementaram a turistificação, isto é, o processo de apropriação do espaço visando torná-lo apto as funções turísticas”. Assim acontece na cidade de Goiás, onde o processo de patrimonialização do seu sítio histórico, principalmente pelo título recebido pela Unesco, ocasionou uma vocação para a atividade turística.

Defendemos com este exemplo uma política patrimonial embasada em um estudo da paisagem, para que assim possa respeitar a dinâmica das cidades patrimoniais ao longo do tempo, não perdendo sua identidade em prol de uma atividade econômica. É necessário promover uma cultura do encontro, de forma democrática e participativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a evolução das diretrizes da preservação do patrimônio cultural, as medidas para minimizarem as injustiças ocasionadas ao longo da história ficam visíveis, como a institucionalização das categorias: patrimônio imaterial e paisagem cultural. Categorias que contemplam além do patrimônio material, favorecendo o reconhecimento de expressões culturais que não foram ‘materializadas’ no espaço ou nos livros. A utilização de políticas públicas mais flexíveis tornam-se ferramentas para auxiliar na construção de uma democracia do patrimônio cultural, em que seja possível grupos minoritários terem espaço para expressarem sua cultura.

Percebemos, na relação dicotômica entre a preservação do patrimônio cultural e o incentivo ao turismo na cidade de Goiás, uma simbiose, na qual o turismo se apropria do patrimônio para a construção do produto turístico, assim como o patrimônio necessita da atividade turística para se renovar dentro do contexto da pós-modernidade. Ao destacarmos a categoria da paisagem cultural dentre as categorias de institucionalização patrimonial, evidenciamos a própria flexibilidade inerente ao seu conceito, que permite transformações a partir do olhar do sujeito observador.

Assim percebemos que uma política patrimonial que se aporte nos estudos de paisagem permite uma maior flexibilização para as mudanças naturais que ocorrem no território. O turismo pode transformar o espaço, assim como qualquer outra atividade econômica também irá deixar suas impressões na paisagem. A questão é estabelecer critérios para promover uma gestão participativa nas construções dessas paisagens, para que se possa minimizar a influência do capital e permitir que os diversos atores que compõem o território possam ter espaço para manifestarem sua diversidade cultural.

Ao utilizar os mapas mentais, nesta pesquisa, buscávamos compreender a subjetividade na composição das paisagens da cidade, através da percepção de visitantes e moradores da Cidade de Goiás. Observamos que mesmo inseridos em diferentes contextos socioculturais, os entrevistados apresentam percepções comuns. Nota-se isso quando analisamos a maioria dos entrevistados que apresentaram ícones como casarões históricos e igrejas.

Todavia, em uma análise comparativa entre moradores e turistas, percebemos que os mapas e questionários demonstram que os visitantes associam mais o patrimônio cultural aos elementos da paisagem construída. Já ao analisarmos os resultados obtidos dos moradores,

percebemos uma maior diversificação, com um maior número de elementos da paisagem natural, assim como elementos intangíveis. A relação de lugar, estabelecida entre o morador e a cidade, é revelada com os resultados obtidos, ao representarem ícones que referenciam um sentimento pela cidade, ou mesmo, quando acreditam que a sociedade é a principal responsável para preservação do patrimônio cultural, conforme Gráfico 3 (p.73).

Através dos resultados obtidos, percebemos uma maior noção de pertencimento da cidade pelos moradores, do que pelos visitantes, o que realmente alicerça o conceito de patrimônio. Porém são os diversos atores que constroem e reconstroem as paisagens da cidade de Goiás. Apesar de focarmos na percepção de moradores e turistas, neste trabalho, a gestão de paisagem deve ser mais participativa possível. As políticas públicas para serem eficientes devem encontrar refração nos atores sociais, pois são eles que as colocarão em prática.

O turismo como qualquer outra atividade econômica deve ser regulamentado para que possa fluir dentro dos parâmetros de sustentabilidade. Regulamentação não como uma imposição do Estado, mas através de um planejamento participativo entre aqueles compõem o território. Assim, as políticas patrimoniais devem ser pautadas na visão do indivíduo ou do grupo que habita, usa ou transforma essas paisagens. As cidades patrimoniais, como Goiás, não devem ser congeladas para a simples contemplação do turista, mas devem estabelecer critérios para uma evolução natural de suas paisagens, respeitando os olhares daqueles que a constroem.

O presente trabalho, portanto, demonstra como os mapas mentais podem contribuir para compreensão das representações e percepções da paisagem. E também como a metodologia Kozel (2001) pode ser utilizada no estudo e gestão de paisagens, contribuindo para a construção de políticas patrimoniais mais participativas. Em relação ao ordenamento da atividade turística, é uma discussão recente no nosso país, assim deixamos as possibilidades que os estudos de paisagens possam contribuir nessa área, para que assim seus impactos negativos possam ser minimizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Políticas Públicas e delineamento do espaço turístico goiano. In: \_\_\_\_\_ . (org). **Abordagens geográficas de Goiás**. Goiânia: IESA, 2002.

\_\_\_\_\_. Desafios e possibilidades de planejar o turismo cultural. In: SEABRA, G.S. (org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

\_\_\_\_\_. Festas Rurais e Turismo em Territórios Emergentes. In: **Biblio3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN:1138-796. Vol X, nº 919, 15 de Abril de 2011. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-919.htm>.

ALMEIDA, M. G.; VARGAS, M. A. M.; MENDES, G.F. Territórios, Paisagens e Representações: um diálogo em construção. In **Mercartor**. Fortaleza, vol. 10, nº 22, p. 23-35, mai/ago. 2011

ALVES, Rubem. **Pimentas** – Para provocar um incêndio, não é preciso fogo. São Paulo: Planeta, 2012.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Papirus, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 11 ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm). Acesso 12/04/2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm). Acesso em 12/04/2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUSADIN, Leandro. Da reconstrução do passado à sua refuncionalização no turismo: interfaces pelo campo museológico. . In: COSTA, E. [et al] (orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BURNS, Peter. **Turismo e Antropologia, uma introdução.** São Paulo: Edições Chronos, 2002.

CABRAL, Luiz Otávio. **A paisagem enquanto fenômeno vivido.** Disponível em [150.162.1.115/index.php/geosul/article/download/14252/13053](http://150.162.1.115/index.php/geosul/article/download/14252/13053). Acesso em 19/04.2012.

CANCELA D'ABREU, Alexandre. et al. **A Paisagem na revisão dos PDM:** Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal. Lisboa: DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás:** Patrimônio, Festa e Memórias. Dissertação. (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2005.

CARVAO, Sandra. **Tendências do turismo internacional.** Organização Mundial do Turismo, 2009. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/02-Sandra-Carvao-32.pdf>. Acesso em: 10/08/2013.

CASTELLS, Manoel. Paraísos comunais: Identidade e significado na sociedade em rede. In: **O Poder da Identidade.** Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem Cultural e Técnicas Agrícolas Tradicionais: Preservação E Sustentabilidade No Serro (Mg). In: CASTRIOTA, L.B. (org). **Paisagem cultural e sustentabilidade.** Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.

CIFELLI, Gabrielle. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto-MG. In: PAES, M.T.; M.S. (orgs). **Geografia, turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2010.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Conselho da Europa. Disponível em [www.coe.int](http://www.coe.int) . Acesso em 19/10/2013.

CORREA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. . In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** 2 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

COSTA, Everaldo; SCARLATO, Francisco. Patrimônio da Humanidade: Universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, E. [et al] (orgs.). **Valor patrimonial e turismo:** limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CRIADO, Arancha. Et al. **Guia Metodológica.** Estudios de Paisaje. Valencia: La Impreta CG, 2012.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia.** 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização.** Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Dilemas de conceitos: espaço, território e contenção territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (orgs.) **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expresso Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Território e Região numa constelação de conceitos. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. (Orgs.) **Espaço e Tempo: complexidade do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba, Associação de Defesa do Meio Ambiente de Antonina (ADEMADAN – PR), 2009.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução. Tomás T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 1997.

HARLEY, J.B. **A nova história da cartografia**. In: O Correio da Unesco. Ano 19, n.8, UNESCO: Agosto 1991.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Chancela da Paisagem Cultural**. IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.IPHAN.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1756>. Acesso em 10/09/2011

KASHIWAGI, Helena Midori. **Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia sêmica da paisagem em áreas preservadas**. Tese (Doutorado em Geografia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

KATUTA, Ângela. A(s) Natureza(s) da e na Cartografia. . In: SEEMANN, Jörn (org.). **A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

KOZEL, Salette. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a capital ecológica**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

KOZEL, Salette. Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais. In: SEEMANN, Jörn (org.). **A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

KOZEL, Salette. Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S. [et al] (orgs.). **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

LIMA, Elder. **Guia Afetivo da Cidade de Goiás**. Brasília: IPHAN, 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa-Portugal, Edições 70, 1999.

MACHADO, Lucy. Paisagem Cultural. In: KOZEL, S. [et al] (orgs.). **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

MOLINA, Sergio. **O Pós Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, Heloisa. Construindo com a paisagem: Um projeto para a Serra do Cipó. In: MURTA, Stela e ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretando o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada do Veadeiros (GO)**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: [www.teses.com.br](http://www.teses.com.br). Acesso em 24/11/2009.

ORTEGA VALCARCEL, José. Filosofias de la subjetividad: La critica al racionalismo. In: **Los Horizontes de la geografia: Teoria da geografia**. Barcelona: Ariel, 2000.

PAES, Tereza. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLLO, Roberto [et al] (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722 – 1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PINHEIRO, José Q. Mapas Cognitivos do Mundo: Representações Distorcidas?. SEEMANN, Jörn (org.). **A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

RANGEL, M.M. – Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: MINAS GERAIS. Secretária de Estado da Educação – GRUPO GESTOR (org.) – **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial** - Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

RICHTER, Denis. Raciocínio **geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2010.

ROSENDAHL, Zely. História, Teoria e Método em Geografia da Religião. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 31, p.24-39, jan./jun. de 2012.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da historia: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. 1992

SANTANA, Augustín. **Antropologia do Turismo: analogias, encontro e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: USP, 2006

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

SCHELLE, Karl Gottlob. **A arte de passear**. Trad. de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCALZITTI, Adriano. **Cartografia**: processo histórico de constituição e internalização sociocultural sob a ótica de Vigotski. In: Revista Ensino Geografia. Uberlândia: UFU, v. 2, n. 3, p. 60-78, jul./dez. 2011.

SOUSA, Andreia. **Geografia e Literatura/ A Representação de Goiânia em fragmentos de viver é devagar de Brasigóis Felício**. Goiânia: Kelps, 2010.

TELES, Gilberto. **Sociologia Goiana**. Goiânia: Kelps, 2004.

TUAN, YI-FU. **Topofilia**- um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **O Patrimônio**: legado do passado ao futuro. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/cultural-heritage/>, Acesso em 11/02/2012.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

# **ANEXOS**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Gênero: ( )M ( )F

Origem: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

1. É sua primeira vez na Cidade de Goiás?

Sim

2. Você sabe o que é patrimônio cultural?

Sim  Não

3. Você acha que o conceito de Patrimônio Cultural se aproxima com quais termos abaixo:

( ) Festas Populares ( ) Sítio Histórico

( ) Artesanato ( ) Igrejas

( ) Natureza ( ) Culinária

Você acha importante cuidar do patrimônio cultural?

Sim  Não

4. Em sua opinião, quem deve cuidar do patrimônio cultural?

( ) Prefeitura ( ) Sociedade

( ) Governo Estadual ( ) Proprietário

( ) Governo Federal ( ) Não sei

( ) Outro. Quem? \_\_\_\_\_

5. Você considera a Semana Santa da Cidade de Goiás um patrimônio cultural?

Sim  Não

Por quê?

\_\_\_\_\_

6. Você visitou algum atrativo na Cidade de Goiás?

Sim  Não Qual? \_\_\_\_\_

7. Qual dos símbolos abaixo mais representaria a Cidade de Goiás?



Nome:	
Profissão:	
Idade:	

1. Represente com imagens o que significa a cidade de Goiás para você: